Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 04 de Novembro de 2019

China quer estrangeiros nas universidades

Cidade universitária em Pequim: 48% da população chinesa entre 18 e 22 anos está na faculdade — Foto: Eduardo Garcês Viana/Divulgação

País oferece bolsas integrais para suas instituições, que são públicas, mas cobram mensalidades

Por Beth Koike — De Pequim, Xangai, Hangzhou, Hong Kong e Macao

A Revolução Cultural Chinesa - movimento liderado por Mao Tsé-tung que perseguiu professores, intelectuais e artistas - levou ao fechamento de praticamente todas as universidades do país asiático por dez anos, entre 1966 e 1976. Hoje, quatro décadas depois, o governo da China investe fortemente para atrair estrangeiros para suas universidades, concedendo generosas bolsas de estudo.

Atualmente, há cerca de meio milhão de alunos de outros países estudando nas instituições chinesas. Algumas delas já despontam entre as melhores do mundo.

Bonança econômica convive com liberdade restrita

O volume de estudantes brasileiros na China ainda é pequeno, mas vem aumentando com a estratégia do governo de atrair estrangeiros com bolsas que arcam com todos os custos. “Em Macao, temos mais bolsas de estudo para estrangeiros do que demanda de estudantes”, contou Sou Chio Fai,

diretor do departamento de ensino superior do governo da região.

Beijing Language and Culture University (BLCU), em Pequim: em pouco mais de 40 anos, governo chinês investiu fortemente no ensino superior — Foto: Eduardo Garcês Viana/Divulgação Beijing Language and Culture University (BLCU), em Pequim: em pouco mais de 40 anos, governo chinês investiu fortemente no ensino superior — Foto: Eduardo Garcês Viana/Divulgação

Beijing Language and Culture University (BLCU), em Pequim: em pouco mais de 40 anos, governo chinês investiu fortemente no ensino superior — Foto: Eduardo Garcês Viana/Divulgação

O gaúcho Bruno Locatelli interrompeu sua graduação de engenharia na Univates, universidade privada do Rio Grande do Sul, após conseguir uma bolsa para cursar mandarim na Beijing Language and Culture University, em Pequim. Já Laura Torres se formou em relações internacionais pela Unesp e está na China há um ano, fazendo um mestrado na Fudan. Seu colega, Ney Myahira, de 38 anos, doutorando da FEA-USP, está na China com seu professor orientador, que foi convidado pela Fudan. Os três brasileiros - Laura, Locatelli e Myahira - estão no país asiático

estudando com bolsa do governo chinês.

Diante do interesse dos brasileiros e da importância econômica que a China conquistou, os grupos privados de ensino superior do Brasil estão firmando parcerias com universidades chinesas. “O ensino superior particular brasileiro cresceu muito e agora está na hora da internacionalização. Historicamente, o intercâmbio é feito por alunos de pós-graduação ou de uma classe mais privilegiada. Precisamos oferecer para todos”, disse Celso Niskier, presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes) e da Unicarioca.

Representantes de faculdades brasileiras e da Abmes estiveram em cinco cidades da China em outubro, durante duas semanas. No período, foram fechados acordos com a Beijing Language and Culture, University of Macau, Beihang e Shanghai Business School. Há ainda um processo em andamento com a Fudan.

No acordo com Beihang University, de Pequim, as instituições brasileiras Unicarioca, UniAtenas e Inapós fecharam negócios e adquiriram um software de realidade virtual desenvolvido pelo centro de inovação da universidade chinesa. O programa permite, por exemplo, simulações de aulas de anatomia ou experimentos em laboratórios de química com uso de realidade aumentada.

“O custo é muito interessante. Vou pagar US\$ 10 mil por curso,

independentemente do número de alunos e com direito a atualizações do software. No Brasil, um programa semelhante custa R\$ 600 mil e é preciso pagar um extra por aluno”, disse Roberto Costa Rabello, pró-reitor de infraestrutura e estratégia da UniAtenas, de Minas Gerais. A ideia é usar o programa de realidade virtual nas escolas de ensino médio e na faculdade de medicina do grupo.

A Unicarioca vai usar o software de realidade virtual no mestrado de tecnologias aplicadas à educação. Os alunos do colégio público Pedro II, do Rio, usam o programa para aprendizado de diversas disciplinas como, por exemplo, meio ambiente. A mineira Inapós, por sua vez, adotará o programa em sua graduação de odontologia.

Na semana em que o presidente Jair Bolsonaro esteve na China, também em outubro, a Capes, órgão do MEC responsável pelo apoio a pesquisas acadêmicas, firmou acordo com a National Natural Science Foundation of China (NSFC), agência de fomento à pesquisa e inovação chinesa.

“É impressionante como em quarenta e poucos anos, as universidades chinesas conseguiram se recuperar e aparecem hoje nos melhores rankings. Claro, uma coisa que houve é que não faltaram recursos financeiros para isso. A capacidade financeira do Estado chinês faz com que eles tenham dinheiro para mandar as pessoas estudarem fora, investir em laboratórios, pagar bolsas de estudo. Vários chineses foram estudar fora,

se capacitaram e voltaram. Mas chama atenção como eles conseguiram multiplicar a educação no país”, disse Paulo Estivallet de Mesquita, embaixador do Brasil na China.

Nos últimos 40 anos, 5 milhões de chineses foram estudar em outros países, sendo que 3,5 milhões retornaram à China. Hoje, há cerca de 38 milhões de jovens na universidade, o que representa 48% da população local com idade entre 18 e 22 anos. No Brasil, esse percentual é de 18% (considerando os jovens com até 24 anos).

No mais recente ranking da revista britânica “Times Higher Education”, que avalia cerca de 1,3 mil instituições do mundo, as universidades Tsinghua e Peking foram as melhores classificadas, na posições 23 e 24, respectivamente. Além dessas duas, outras três instituições de ensino do país são destaque: a University of Science and Technology of China e as universidades Zhejiang e Fudan.

“Além do alto investimento nas universidades para que elas tenham performance em padrões internacionais, o governo usa as pesquisas dessas instituições como fonte de informação para embasar políticas públicas. Então, há uma demanda para que produzam dados corretos, caso isso não ocorra, são cobradas”, disse Evandro Menezes de Carvalho, consultor especializado em China e professor da FGV-RJ.

Questionado sobre as vantagens de um estrangeiro optar por uma universidade chinesa e não da

Europa ou dos EUA, Li XiaoMu, vice-reitor da Beijing International Studies University (Bisu), em Pequim, argumentou que o seu país vive um grande momento econômico e que “após estudar na Bisu, na China ou aprender chinês os alunos serão mais competitivos no mercado de trabalho.”

Se por um lado, o vigor da economia do país é um atrativo para estrangeiros na China, o grande empecilho para as universidades chinesas deslançarem no cenário internacional é o idioma. A maior parte dos cursos de graduação é ministrada em mandarim. A oferta de cursos em inglês se dá na pós-graduação.

Outro desafio é o controle do governo sobre as universidades. Na semana passada, um artigo do jornal “Financial Times” mostrou que a London School of Economics, tradicional universidade britânica, adiou um programa de pesquisa sobre a China, por receio de que os estudos não pudessem ser independentes. O principal patrocinador do programa era um empresário apoiador do Partido Comunista e havia sido definido que o conselho do grupo de estudos não poderia ter membros contrários às diretrizes do governo.

Na China continental, todas as universidades são públicas, ou seja, são controladas pelo partido comunista, que sempre tem um representante dentro das instituições

de ensino superior. Apesar de serem públicas, não são gratuitas. Uma graduação, com direito a dormitório compartilhado, sai pelo equivalente a R\$ 500 ao mês para um chinês. O valor varia muito conforme o tipo de curso, instituição de ensino e região. Mas a questão financeira não é um grande problema, uma vez que o governo ajuda os alunos com renda menor.

O grande desafio para os estudantes chineses é o vestibular, conhecido como Gaokao. O processo é extremamente disputado, com provas em dois dias. Os alunos com as melhores pontuações podem escolher as universidades mais conceituadas, num processo semelhante ao nosso Enem. No entanto, há uma grande diferença que torna o Gaokao muito mais concorrido. Na China, o estudante só pode prestar o vestibular uma vez na vida. Quem não consegue entrar na universidade, pode ir para cursos politécnicos, mas ficam sujeitos a empregos com menor remuneração.

Os estrangeiros não precisam passar por um processo tão acirrado. O custo da universidade é maior, mas não se compara a de outros países. Na Fudan, uma das melhores instituições da China, a anuidade varia de R\$ 13 mil a R\$ 42 mil, dependendo do curso.

A jornalista viajou à convite da Abmes

Beijing Language and Culture University (BLCU), em Pequim: em pouco mais de 40 anos, governo chinês investiu fortemente no ensino superior — Foto: Eduardo Garcês Viana/Divulgação

Ni Hao

Dados da China e do ensino superior no país

As 9 universidades que recebem mais investimentos do governo chinês

Peking University	Pequim
Tsinghua University	
Fudan University	Xangai
Shanghai Jiao Tong University	
University of Science and Technology of China	Anhui
Zhejiang University	Zhejiang
Nanjing University	Jiangsu
Xi'an Jiaotong University	Xian
Harbin Institute of Technology	Harbin

Número de universidades
2,6 mil

PIB (2018)
US\$ 13 trilhões

Número de estudantes
no ensino superior**
38 milhões

População total
1,3 bilhão

Moeda
Renminbi (RMB)

Número de estudantes
estrangeiros na China
492 mil

Fonte: China Hoje. *Segundo o ranking Times Higher Education **Com idade entre 18 e 22 anos

As 5 mais prestigiadas *

Harbin

Pequim

Xian

Jiangsu

Anhui

Xangai

Zhejiang

Tsinghua University

Peking University

University of Science and Technology of China

Zhejiang University

Fudan University

Divulgação

Divulgação

Divulgação

Unis cria modelo de intercâmbio para aluno que estuda e trabalha

Instituição de Varginha (MG) fez parcerias com empresas e hoje envia estudantes brasileiros para programas em 25 países

Por Beth Koike — De Pequim

Com um campus na cidade de Varginha, no interior de Minas Gerais, o sonho do fundador do grupo educacional Unis, Stefano Gazzola, era ofertar programas de intercâmbio internacional aos seus alunos. Bateu na porta de várias instituições estrangeiras, mas foi em vão. Todas queriam os alunos brasileiros das universidades públicas ou consideradas “premium”, cujas mensalidades superam R\$ 3 mil. A Unis atende, principalmente, alunos da classe média que estudam à noite e trabalham durante o dia para pagar a faculdade, que custa cerca de R\$ 750.

“Não me conformava que os alunos trabalhadores não tinham acesso a intercâmbio. Fui procurar

instituições com perfil parecido com o nosso no mundo”, contou Gazzola. Encontrou várias faculdades e hoje, quatro anos após iniciar o projeto de internacionalização, a Unis tem parceria com 60 universidades estrangeiras de 25 países. Atualmente, 50 alunos brasileiros estão no exterior e outros 50 estrangeiros fazem intercâmbio na Unis. No total, a faculdade mineira tem 9 mil matriculados.

O pulo do gato que fez a Unis deslanchar seu programa de intercâmbio foram parcerias com empresas, que subsidiam os custos dos estudantes. “Nossos estudantes dependem do salário para se manter tanto no Brasil quanto nos outros países. Não adiantava só conseguir o intercâmbio”, disse. No modelo da Unis, o aluno faz um estágio numa das empresas parceiras no Brasil ou exterior.

“Em alguns países como Argentina não é permitido fazer estágio, então, a instituição que está recebendo o aluno dá um recurso,

de cerca de R\$ 650, para o estudante fazer pesquisa e assim ajudá-lo a se manter”, explicou Felipe Flausino de Oliveira, chefe de gabinete da Unis. A instituição mineira tem ainda um hotel para abrigar os alunos estrangeiros.

O projeto de internacionalização da Unis acabou se tornando um negócio para a instituição de ensino mineira. “Nos aproximamos muito das empresas locais e agora prestamos vários serviços para elas, como consultoria, universidade corporativa. Com esses recursos, conseguimos subsidiar nosso programa de intercâmbio”, disse Gazzola.

O projeto da Unis ganhou escala. Acaba de ser criado um consórcio com outras 30 instituições de ensino do país para intercâmbio entre elas. “Vamos trabalhar em conjunto. Uma faculdade do Sul poderá mandar alunos para uma instituição do Nordeste e vice-versa”, explicou Oliveira.

Brasil é lento na transformação digital

Pesquisa mostra que país ainda está dando os primeiros passos em comparação com outros da região

Por Stela Campos — De São Paulo

O Brasil está mais atrasado na transformação digital que outros países da América Latina. Enquanto no México, Colômbia e Argentina, o assunto ocupa a pauta dos executivos há pelo menos seis anos, por aqui a discussão é recente e vem entrando na lista de prioridade das empresas apenas nos últimos três anos.

Mas existe um esforço neste momento para acelerar essas mudanças no país. Em pesquisa realizada com 600 executivos da região, 85% dos brasileiros afirmaram que a transformação está acontecendo neste momento em suas companhias.

O levantamento foi realizado com representantes do alto escalão latino-americano, sendo 17% CEOs e 51% diretores, a maioria de multinacionais de setores como consumo, farmacêutico, serviços, financeiro, indústria e tecnologia. “Tínhamos a impressão que o Brasil estava mais avançado neste processo mas a curva de transformação ainda é lenta. Demos apenas os primeiros passos”, diz Juan Pablo Correa, sócio da Exec,

que coordenou o estudo no Brasil para a Panorama Search, rede de consultorias global, que reuniu ainda a Glue na Argentina e a Talengo no México e Colômbia.

A questão cultural é a maior dificuldade apontada por 33% dos executivos da região, sendo uma barreira mais forte na Colômbia, onde foi citada por 50% dos participantes. Em seguida, aparecem como empecilhos para 29% dos entrevistados, a falta de um plano de negócios estruturado e de uma estratégia definida - problemas que no Brasil estão mais acentuados tendo sido mencionados por 38% e 44%, respectivamente. No geral, 28% dos dirigentes disseram que falta também agilidade organizacional e 24% reclamam de não contarem com o apoio do CEO e dos acionistas. No Brasil, esses dois aspectos foram apontados por 31% dos entrevistados.

“Embora a cultura seja umas das maiores barreiras, o estudo mostra que as áreas que estão recebendo investimentos com menor frequência são justamente as de recursos humanos e supply chain”, diz Correa. Metade dos entrevistados, afirmou que os investimentos em suas companhias estão sendo dirigidos prioritariamente para área de TI. “Quem recebe mais recursos consegue decidir mais rápido. É contraditório que justamente quem pode reforçar a cultura esteja

recebendo menos”, afirma. Em todos os países os processos de transformação digital são liderados pelas áreas de tecnologia, marketing e RH.

Mais de 30% dos executivos da região disseram que suas empresas já possuíam uma estratégia para promover a transformação digital e que ela foi comunicada, mas apenas 10% afirmaram que suas companhias apresentam um comportamento digital. No Brasil, só 4% percebem essa aderência ao digital. “Quebrar as estruturas e os modelos tradicionais para implementar novas metodologias de trabalho faz parte do desafios da área de recursos humanos para mudar essa maneira de pensar na organização”, diz o consultor.

Em todos os países, quase metade dos executivos reconhece as lideranças internas que estão conduzindo a transformação. O Brasil é o único país em que o número de entrevistados que não reconhece formalmente essa liderança supera o número das que a reconhecem. Segundo os brasileiros, o país foi o que menos preparou líderes digitais. Enquanto 71% dos mexicanos, 66% dos argentinos e 56% dos colombianos apostaram nessa formação, apenas 53% dos brasileiros disseram ter feito isso.

Praticamente em todas as companhias latino-americanas,

segundo Correa, falta medir qual o ponto de partida para o ensino de habilidades digitais para os funcionários. “É preciso entender o nível de consciência digital da organização”, diz. Para 88% dos entrevistados, a contratação de novos talentos com perfil digital foi apontada como uma necessidade, sendo que este percentual sobe para 92% no caso dos colombianos. Entre brasileiros, 88% disseram o mesmo.

Mas para atrair profissionais com esse perfil, segundo Corrêa, a pesquisa indica que é preciso melhorar a proposta de valor que a empresa oferece. Para 72%, um fator de atração para esses funcionários é o desenvolvimento profissional - 54% citaram a possibilidade de ter um trabalho flexível. “É preciso parar de pensar com a cabeça voltada para uma estrutura tradicional, o que implica em ser mais ágil e flexível, inclusive, na forma de remunerar os profissionais.”

Mesmo com 41% dos executivos dizendo que estão buscando pessoas com perfil digital no mercado, 36% preferiram investir na formação de equipes já existentes, principalmente, por meio do ensino via multiplataformas. Para Corrêa, o que surpreende é que 13% não estão fazendo qualquer tipo de esforço para adquirir habilidades digitais para sua companhia.

Apenas fazer parte desses processos de digitalização, por mais complicado e demorado que eles possam ser, já é motivo para comemorar. Para 96% dos executivos entrevistados, ter a oportunidade de trabalhar em organizações que estão se transformando digitalmente é muito importante. Os mexicanos são os que mais enfatizam essa questão (61%), seguidos pelos argentinos (59%), brasileiros (56%) e colombianos (48%).

Os mais procurados

Perfis demandados nas empresas durante os processos de mudança digital

Cargos relacionados à transformação digital - em %

De onde vem as habilidades digitais

Qual a estratégia adotada pelas empresas - em %

Retomada dos jovens

Vagas para quem tem até 24 anos superaram 1 milhão nos últimos 12 meses

PEDRO CAPETTIE
NAÍSE DOMINGUES*
economia@oglobo.com.br*
Estagiária, sob a supervisão de
Alexandre Rodrigues

Os jovens brasileiros, mais afetados pelo desemprego durante a crise, são o grupo que agora está conseguindo retornar ao mercado de trabalho. Em 12 meses, o emprego com carteira assinada cresceu para quem tem até 24 anos, com cerca de 1,1 milhão de contratações. Essa melhoria, no entanto, se restringe aos trabalhadores mais qualificados, com ensino médio e superior completos. Há ainda 4 milhões de jovens desempregados. A falta de experiência também é um empecilho para o primeiro emprego, por isso o governo deve lançar esta semana um pacote para incentivar empresas a contratarem jovens.

Os jovens brasileiros ainda têm à frente uma grande barreira de entrada no mercado de trabalho, mas que vem diminuindo nos últimos meses com a lenta recuperação da oferta de empregos nos últimos 12 meses. Levantamento do GLOBO com base nos microdados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) aponta que a melhora do emprego formal tem sido puxada por trabalhadores com até 24 anos. Entre outubro de 2018

Carla Magli. Depósito de trabalho informal, como garçom e vigia, laral Liana conseguiu, há dois meses, uma vaga na rede de seu mercado de trabalho. "Sem diploma não dá para se profissionalizar"

e setembro deste ano, cerca de 1,1 milhão de jovens foram contratados com carteira assinada em todo o país.

Os números mostram que o segmento que mais sofreu com a crise, com taxa de desemprego superior a 28,1% em 2017, segundo a Pnad Contínua, do IBGE, é agora o primeiro a recuperar espaço no mercado de trabalho. O saldo de novos empregos formais só é positivo entre os trabalhadores até 29 anos. Acima dos 30 anos, a perda de vagas continua, ainda que em menor intensidade, levando ao fechamento de mais de 613 mil vagas de outubro de 2018 a setembro deste ano. O fluxo divergente nas duas pontas resulta no saldo positivo de 478 mil vagas em 12 meses.

A melhoria, no entanto, é restrita aos trabalhadores mais qualificados,

com ensino médio e superior completos. Profissionais menos escolarizados, mesmo os mais jovens, ainda enfrentam dificuldades em entrar no mercado formal. A falta de experiência é um empecilho para boa parte dos 4 milhões de jovens desempregados. Tanto que o governo deve apresentar esta semana um pacote de medidas para estimular a geração de empregos nesse segmento, oferecendo benefícios fiscais para as empresas.

Para analistas, o movimento do mercado traz um alento para os jovens.

— A crise deixou marcas profundas. Os jovens foram os mais afetados, às vezes entrando na vida laboral e não conseguindo emprego. Ficaram anos nem trabalhando, nem estudando, o que prejudica a qualificação. Se ficassem à margem,

poderiam se tornar adultos ou idosos com dificuldades financeiras — diz Thiago Xavier, da consultoria Tendências.

Durante os dois anos em que esteve desempregado, Israel Lima, de 22 anos, percebeu que a falta de qualificação foi mais uma dificuldade na hora de ser chamado para as vagas às quais se candidatou. Para driblar o desemprego, apostou em trabalhos informais. Há três meses como operador de mercearia da rede de supermercados Mundial, ele afirma que ganhar o próprio dinheiro foi a estratégia para investir na carreira profissional.

— Fiz bicos como garçom, vigia e até vendendo bebidas na praia. Mesmo tendo feito curso de informática, na área de tecnologia e sabendo um pouco de inglês, não era o suficiente—conta.—Sem dinheiro não dá para se profissionalizar. É um ciclo, e você fica fechado ali, não dá para sair.

Segundo especialistas, como os jovens foram os que mais sofreram com a desocupação na crise, eles têm maior facilidade para retornar ao mercado nesse momento, devido ao contingente disponível. São eles que se adaptam às vagas de até dois salários mínimos geradas nos últimos meses.

— Como o jovem não é o chefe de família, tem disposição para trabalhar com salários menores, ele se adapta a esse momento da

economia. Tem disponibilidade, escolaridade e salário reserva menor (quando um trabalhador aceita um salário inferior ao que desejaria para aquela vaga). Se ele não tem experiência, às vezes aceita o primeiro salário de forma a se colocar no mercado — explica Maria Andreia Parente Lameiras, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A contratação de jovens como Israel tem sido feita pensando no aumento da produtividade. Segundo Maria Andreia, o empresário, ao optar por contratar com carteira assinada, pensa a médio e longo prazos, podendo capacitar quem trabalha com salários mais baixos.

— Os mais novos não têm vícios, vamos colocando dentro da nossa filosofia de trabalho. Às vezes, uma pessoa de certa idade é mais resistente a mudanças — diz Lídia Maciel, gerente de RH do Mundial.

GANHO DE ESCOLARIDADE

Os empregadores ainda têm descoberto — e aproveitado — as características positivas da “geração perdida”. São profissionais que se qualificaram durante a crise, mas não conseguiram ocupação nos últimos anos.

— O trabalhador jovem teve um ganho de escolaridade nos últimos anos, que torna lucrativa a contratação formal. Estamos

aproveitando parte dessa geração que se formou e não havia conseguido emprego — ressalta José Márcio Camargo, economista da Genial Investimentos.

A publicitária Ana Letícia Ribeiro, de 23 anos, faz parte desse grupo. Após entrar na faculdade durante a crise, em 2015, temeu por seu futuro profissional. Há três meses, conseguiu um emprego formal em uma agência na área de mídias sociais.

— Como não tinha vagas, pensava que não iria conseguir nada. Pensei várias vezes em mudar de área. Não queria me formar sem emprego algum. Conheci muita gente que não conseguiu — lembra.

Segundo analistas, a expectativa para os próximos meses é de mais contratações entre os jovens, principalmente por causa do trabalho de fim de ano. Jovens como Julianne dos Santos, de 25 anos, que retornaram ao mercado por meio de vagas temporárias, veem aí a chance de ser efetivados.

— Sei que gostaram de mim porque já estou certa de fazer o Natal em outra função, melhor do que naquela que me contrataram no Dia da Criança. Tenho esperanças de conseguir ser efetivada se surgir uma vaga na loja — diz Julianne, que agora quer a estabilidade financeira para realizar seus planos de cursar enfermagem.

ALTA GERACIONAL

Saldo de vagas só é positivo entre os mais jovens

Balanco da geração de emprego entre out/2018 e set/2019

Saldo **+478.788**

Fonte: Caged

Editoria de Arte

Para economistas, pacote do governo deve ajudar na criação de vagas

O pacote de medidas para estimular a geração do primeiro emprego de jovens entre 18 e 29 anos, em elaboração pela equipe econômica, pode levar alento aos mais de 4 milhões de desempregados desse segmento, avaliam economistas. O programa deve conceder benefícios fiscais aos empregadores, como isenção da contribuição previdenciária e redução de outros encargos.

Para Maria Andreia Parente Lameiras, do Ipea, a despeito de os jovens estarem dentro do segmento que gerou 1,1 milhão de vagas nos últimos 12 meses, a criação de vagas sem que haja incentivos financeiros às empresas não é suficiente para absorver todo contingente fora do mercado.

— Mesmo gerando vagas, ainda

temos muitos jovens desempregados. Precisamos de política para inserir esse contingente no mercado de trabalho. Se pensarmos a longo prazo, o ideal é estimular a contratação de pessoas mais jovens — afirma.

Na avaliação de Thiago Xavier, da Tendências, o pacote visa melhorar, no futuro, a produtividade os salários médios da economia. Cerca de 3 milhões de trabalhadores devem ser atingidos, segundo fontes da equipe econômica.

— As condições de entrada do mercado influenciam toda sua trajetória profissional. Se a pessoa ficar muito tempo desempregada, entrar na informalidade vai afetar sua trajetória e, conseqüentemente, o salário médio e a produtividade no futuro — diz Xavier. (Pedro Capetti)

PROVAS DE HUMANAS

Enem começa sem mudanças drásticas

CONSTANÇA TATSCH

constanca.tatsch@oglobo.com.br

As primeiras provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no governo Bolsonaro não trouxeram mudanças drásticas em seu conteúdo. As questões de Ciências Humanas, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação contemplaram temas como direitos humanos, liberdade de expressão e violência contra a mulher. Por outro lado, a ausência de referências à ditadura militar, à Era Vargas e à população LGBTI, que têm aparecido ano a ano, chamaram a atenção de especialistas.

Em novembro passado, o então presidente recém-eleito Jair Bolsonaro disse que tomaria conhecimento da prova antes de sua aplicação. Ele fez a declaração ao reclamar de questões do Enem daquele ano. Uma delas mencionava um dialeto da comunidade LGBTI. No início deste ano, chegou a ser formada uma comissão para analisar o Banco Nacional de Itens (BNI) e verificar se as questões tinham “pertinência com a realidade social”, mas, segundo o governo, nenhuma pergunta foi retirada.

Especialistas ouvidos pelo GLOBO avaliaram que o exame deste ano foi objetivo e sem polêmicas.

— Foi até surpreendente, porque estávamos todos na expectativa de

ver uma prova com mudanças drásticas — avalia Lara Rocha, professora de Filosofia e Sociologia do pré-vestibular Descomplica. — O conteúdo programático que trabalhamos ao longo do ano estava lá, inclusive os mais problemáticos.

Leandro Vieira, professor de Sociologia do ProEnem, destaca ainda que caíram questões relacionadas à ONU, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, “temáticas que muitas pessoas acreditaram que poderiam deixar de aparecer”.

Para Fabio Romano, professor do departamento de História, Filosofia e Sociologia do Sistema de Ensino COC, o exame “não ficou tendencioso para um lado ou para outro”, mas algumas omissões, na sua avaliação, falam por si.

— Mas a prova não trouxe nenhum grande complicador. Havia receio de reviravolta sobretudo nas questões de Humanas, e o exame se mostrou equilibrado. O número de questões de Sociologia foi até maior do que dos outros anos — analisa Romano.

Questionado ontem, em entrevista coletiva, sobre o conteúdo da prova, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que não se envolveu na seleção das questões e que a única orientação foi que o exame fosse eficiente para selecionar os melhores alunos.

— A gente pode começar a falar regime militar, ditadura militar, e começar uma discussão que não vamos caminhar para nenhum lugar.

Se não caiu, eu não participei da escolha das questões — argumentou o ministro. — Nós tivemos contato com a prova hoje, eu não tinha visto nada dela e nem o Alexandre (Lopes, presidente do Inep). As nossas orientações era para que fizessem uma prova que fosse possível selecionar as pessoas mais qualificadas para conseguir entrar numa faculdade. O objetivo do Enem não é dividir, nem polemizar e nem doutrinar, é selecionar as pessoas mais qualificadas.

VÁRIAS ALTERNATIVAS

Houve, no entanto, a percepção de que algumas questões abriam margem para duas alternativas possíveis. Cada questão do Enem tem cinco alternativas, e há apenas uma resposta. Para Romano, faltou calibragem nas opções dadas aos estudantes.

— Podemos achar que havia questões mal calibradas, com dúvida sobre uma ou outra alternativa ou mais de uma resposta adequada — avalia. — Ainda é preciso analisar com calma, mas temo que algumas possam ser anuladas.

Professores da Plataforma de Ensino Eleva, que elaboraram um gabarito extraoficial em parceria com O GLOBO e Extra, concordam:

— Pelo menos duas questões de História certamente tinham duas alternativas. Mas aconteceu com outras também — afirma o professor da Plataforma Renato Cunha, que discutia calorosamente com colegas sobre as respostas.

Quase 4 milhões compareceram no primeiro dia

> **3,9 milhões** de pessoas fizeram o exame no primeiro dia de provas. O índice de abstenção do primeiro dia, segundo o ministro Abraham Weintraub, foi o mais baixo já registrado, chegando a 23%.

> **No ano passado**, a abstenção foi de 24,9%.

Somente 376 pessoas foram eliminadas em todo o país por questões como recusa a participar da análise biométrica.

> **Para o ministro**, “deu tudo certo, foi tudo perfeito. Teve pequenos episódios de falta de luz, um ou outro episódio de falta de água. Foi um Enem muito tranquilo”.

Um teste anacrônico

ANTONIO GOIS

Acada ano de Enem, ao ler notícias sobre milhões de jovens mobilizados sob alto estresse para fazer uma prova única de acesso a universidades, aplicada ao mesmo tempo em todo o país, aumenta minha convicção de que estamos diante de um fato absolutamente anacrônico, em pleno século 21.

O MEC sinaliza com algumas inovações para os próximos anos. Uma delas é a prova digital, a ser implementada gradualmente até 2026. Há que se tomar cuidado para a medida não aumentar desigualdades – caso alunos de escolas públicas não tenham oportunidade para se adaptar ao novo formato –, mas é uma decisão que vai na direção correta, inclusive do ponto de vista ecológico.

Tão ou mais importante quanto o fim das provas de papel é a possibilidade de realizar mais de um exame por ano, outra promessa também feita pelo MEC. Desde que os testes do Enem passaram a ser feitos utilizando a Teoria de Resposta ao Item, em 2009, é possível garantir que o grau de dificuldade de duas provas diferentes seja o mesmo, não importando, portanto, se o aluno fez o exame em fevereiro, junho ou novembro, ou mesmo se candidatos numa mesma sala fizeram testes distintos lado a lado.

Para que isso seja viável, o Inep – autarquia do MEC responsável pelo exame – precisa ampliar seu banco de itens, com questões pré-testadas para mensurar seu grau de dificuldade.

A prova digital e aplicada em mais de um período do ano não parece ser uma promessa impossível no médio prazo. Há, porém, outros aspectos que tornam o exame anacrônico, sobre os quais há pouca esperança de mudança imediata à vista no Brasil. A começar pela crença de que um teste, por mais bem elaborado que seja, é capaz de definir, de forma justa e eficiente, quem merece ou não uma vaga no ensino superior.

Um estudo publicado em maio deste ano na prestigiosa revista acadêmica da Associação Americana de Pesquisas Educacionais mostrou que o desempenho em testes como o ACT (similar ao Enem nos Estados Unidos) prevê menos o sucesso acadêmico na universidade do que as notas dadas pelos professores no ensino médio. Para chegar a essa conclusão, cientistas liderados pelo pesquisador Brian Galla (Universidade de Pittsburgh) analisaram dados de 47 mil estudantes que ingressaram no ensino superior em 2010, e compararam com o desempenho acadêmico na

universidade, medido pelo percentual dos que conseguiram completar a graduação em quatro anos.

Ao fazer um estudo mais aprofundado num grupo de 1.600 alunos de ensino médio, os pesquisadores identificaram que as notas dos professores, apesar de terem grau maior de subjetividade em comparação com grandes testes padronizados, captam melhor habilidades socioemocionais, especialmente a de autorregulação, capacidade de um aluno superar obstáculos e ser persistente na busca de objetivos não imediatos.

Avaliar essas outras habilidades é um dos maiores desafios atuais, mas mesmo grandes provas internacionais – caso do Pisa – caminham nesse sentido. Também vale lembrar que o processo seletivo nas melhores universidades do mundo já leva em consideração não apenas a nota num teste, mas a trajetória de alunos. No Brasil, temos algumas tentativas isoladas, em universidades públicas ou privadas, de ampliar os critérios de seleção, para além dos testes. Mas esta parece ser uma discussão, infelizmente, muito mais distante por aqui.

É obsoleta a crença de que um teste é capaz de definir, de forma justa e eficiente, quem merece ou não uma vaga no ensino superior

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

Tão longe, tão perto

Felipe Santa Cruz, presidente nacional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), entrou na Justiça na quinta (31) pedindo liminar contra a oferta de cursos de direito a distância. Segundo a entidade, falta regulamentação para autorizar os programas, que perdem qualidade sem a prática presencial. A iniciativa já provocou reação no mercado de ensino superior privado. A consultoria Hoper escreveu na sexta (1º) uma análise em que diz ver fragilidades na medida da OAB.

PERDEU, PLAYBOY O texto da Hoper, cujo encerramento traz a frase "Perdeu, OAB, perdeu", afirma que os argumentos da entidade são pueris e viciosos, que contrariam inovações tecnológicas, inclusão social e outros.

REMOTO Para a OAB, o acentuado crescimento na oferta de cursos de graduação a distância foi favorecido pela flexibilização de regras pelo MEC há cerca de dois anos e está concentrado na rede privada.

Sob Bolsonaro, ditadura some da prova pela 1ª vez em 10 anos

Inep criou grupo para triagem ideológica do Enem; temas sociais apareceram

Participantes do Enem deixam a Uninove Barra Funda, na zona oeste de SP, após prestar a prova. Rubens Cavallari/Thibapress

Angela Pinho, Dhiego Maia e Matheus Moreira

SÃO PAULO A primeira edição do Enem sob o governo Jair Bolsonaro (PSL) trouxe temas sociais, mas foi também a primeira em dez anos que não teve nenhuma questão relativa à ditadura militar (1964-1985) nas provas de ciências humanas e linguagens.

O levantamento foi feito pela Folha com base em todas as edições do exame desde 2009, quando ele adquiriu o atual formato.

Em 2018, o período apareceu em uma questão sobre o

discurso do presidente João Goulart no que ficou conhecido como Comício da Central, antes da sua deposição, e em outra com uma carta do cartunista Henfil ao então presidente Ernesto Geisel.

Em outros anos, foram abordados temas como a Operação Condor, que uniu governos do Cone Sul para perseguir adversários; a morte do jornalista Vladimir Herzog; e a política econômica do regime.

Em 2011, a prova não citou explicitamente a ditadura, mas o período imediatamente anterior ao golpe, em questão sobre o CPC (Centro Popular

de Cultura) da União Nacional dos Estudantes. A pergunta abordava qual era o entendimento dos setores conservadores e de direita sobre braço cultural da entidade estudantil, fechado logo após 1964 — uma menção clara ao contexto que culminou na ditadura.

O ano de 2009, em que o Enem adquiriu o atual formato, foi o único desde então em que a ditadura não apareceu nas provas de linguagens e ciências humanas. Uma das perguntas, no entanto, fazia referência às revoltas de 1968 que ocorreram em todo o mundo.

Para o professor Giba Alvarez,

Cortaram uma parte da história do Brasil, e ficou evidente a retirada de temas que pudessem gerar polêmica. Com isso, virou uma prova ideológica

Giba Alvarez
professor do Cursinho da Poli

do Cursinho da Poli, chamou a atenção também a ausência de perguntas sobre a Era Vargas (1930-1945).

Em sua avaliação, as omissões são fruto do trabalho da comissão criada neste ano pelo Inep para fazer uma triagem ideológica da prova. "Ficou evidente a retirada de temas que pudessem gerar polêmica. Com isso, virou uma prova ideológica", diz.

Ao comentar a ausência de questões sobre ditadura, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que o objetivo da prova "não é dividir, nem polemizar, nem doutrinar".

"A gente já pode começar falando em regime militar, ditadura militar. Essa é uma discussão que eu acho que a gente não vai caminhar para nenhum lugar", respondeu. Ele afirma que, antes da realização da prova, não teve acesso a nenhuma questão.

Ao longo de sua carreira política, o presidente Jair Bolsonaro teceu críticas à historiografia predominante sobre a ditadura. Em março, ele pediu que as unidades militares comemorassem os 55 anos do golpe de 1964.

À Folha Alexandre Lopes, presidente do Inep, disse há três semanas que a mudança de governo não impactaria o que se espera dos candidatos. "Vamos avaliar o conhecimento do aluno, buscar uma prova mais neutra possível."

Embora não tenha aparecido menção à ditadura, questões sociais foram tema de diversas questões do Enem deste ano, com textos sobre quilombolas, trabalho escravo, SUS (Sistema Único de Saúde) e Declaração Universal dos Direitos Humanos, entre outros assuntos.

As agressões a religiões de matrizes africanas foram tema de pergunta que pedia ao participante para dizer por que elas são "incompatíveis com a dinâmica de uma sociedade laica e democrática".

O professor Leandro Vieira, que leciona na plataforma online ProEnem, do Rio de Janeiro, chamou a primei-

ra parte do exame de a "mais filosófica da história". "Apareceu um desfile de filósofos como Michel Foucault, Kant, Maquiavel, René Descartes, Adam Smith, Hannah Arendt e Jacques Derrida", afirmou.

Diretor do colégio Oficina do Estudante, de Campinas, Antunes Rafael dos Santos avalia que houve falta de proporcionalidade entre os enunciados de linguagens e os de ciências humanas. "A prova de linguagens tinha 18 páginas das 31 da prova. O aluno precisou gastar muita energia com essas questões mais longas e pode ter faltado tempo para o restante da prova ou para a redação", disse.

Na redação, o Enem pediu aos candidatos um texto sobre o tema "democratização do acesso ao cinema no Brasil".

Reinaldo Lopes Donadi, 36, que fez o exame pela segunda vez, disse que escrever o texto foi sua maior dificuldade. "O tema era cinema, eu não acompanho muito, falar sobre o assunto foi complicado."

Gabriela Vieira, 18, concorda que a redação foi difícil, mas avalia que era possível fazer com os subsídios oferecidos na prova. "Eu esperava um tema como as manchas de óleo no Nordeste, mas os textos de apoio ajudaram, tinha dados do IBGE e de um site de cinema", conta.

Em uma das ocorrências da prova, a Polícia Federal apurou o vazamento de uma imagem do exame quando os candidatos já faziam a prova. A suspeita recai sobre uma pessoa que aplicava a avaliação.

Weintraub disse que fará o possível para punir o responsável. "O que a gente vai tentar é escangalhar ao máximo a vida dele (...). Eu sou uma pessoa que acha que as punições no Brasil são leves", declarou. E completou: "Vamos atrás dele. Não estamos mais no império romano. Não existe mais empalamento nem crucificação".

No domingo (12), serão aplicadas as provas de ciências da natureza e matemática.

Colaboração Thiago Resende, de Brasília, e Ricardo Har

Enem mantém foco em direitos humanos , mas evita temas sensíveis a Bolsonaro

Isabela Palhares Luiz Carlos
Pavão Paula Felix

As questões do primeiro dia do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) abordaram diversos temas ligados aos direitos humanos, como violência contra a mulher, racismo, refugiados, escravidão e discursos de ódio nas redes sociais. No entanto, nenhuma das 90 questões de Linguagens e Humanas trouxe, por exemplo, a temática LGBT, criticada em 2018 pelo presidente Jair Bolsonaro. Já a dissertação foi sobre democratização do acesso ao cinema, um tema considerado “neutro” pelos professores.

Diretor do Cursinho da Poli, Gilberto Alvarez diz que a prova manteve o perfil de outros anos, cobrando uma visão crítica do candidato e valorizando a capacidade de leitura e interpretação. Entre os temas mais atuais, destaque para a situação dos refugiados. No entanto, ele vê com preocupação a ausência de alguns temas e conteúdos. “A prova trouxe menos questões de História do que em anos anteriores. É bem representativo o fato de alguns temas não terem caído, como a era Vargas e a ditadura militar, que sempre foram cobrados.”

João Daniel Almeida, professor de História do Descomplica, destaca que ficaram de fora também socialismo e Revolução Francesa. Cláudio Hansen, gerente pedagógico do Descomplica e professor de Geografia e Atualidades, sentiu falta de Guerra Fria, 2.^a Guerra Mundial, problemas e conflitos urbanos. “Só que alguns dos medos que tínhamos em relação a conteúdos deixarem de estar presentes acabaram não se confirmando. Houve questões que tratavam sobre os direitos das minorias, problemas da concentração de renda, uso do agrotóxicos brasileiros... Isso tudo apareceu na prova”, disse.

Dados. Levantamento feito pelo Estado aponta questões sobre a ditadura militar recorrentes no exame desde 2009. Outros assuntos polêmicos, como 2.^a Guerra Mundial, Guerra Fria e nazismo, por exemplo, apareciam ocasionalmente — a última abordagem ocorreu no ano passado. Era Vargas e Revolução Francesa apareceram pela última vez, respectivamente, em 2017 e em 2015.

Professor de Filosofia e Sociologia do ProEnem, Leandro Vieira disse que a prova abordou vários expoentes da área da Filosofia, como René Descartes,

Adam Smith, Francis Bacon e Immanuel Kant. Além disso, notou uma mudança no perfil dos enunciados e respostas da prova, que eram mais curtos e diretos. “Tinha respostas com uma palavra. Em comparação com o ano passado, foi um pouco mais fácil na parte de Humanas, porque exigia domínio conceitual menor.”

Mas nem todos os alunos tiveram essa visão. A estudante Barbara Dib, de 17 anos, por exemplo, considerou o Enem cansativo, “por causa do tamanho dos textos”. Rafaela Paganini, de 20, que fez a prova como um primeiro “teste” teve a mesma opinião. “Fiz só a Redação e uma ou outra questão de Português.”

Linguagens. Para Eva Albuquerque, professora do Cursinho da Poli, as questões da prova de Linguagens não trouxeram surpresas. “Foi uma prova mais fácil, mais de interpretação de texto – 90% das questões. Só que em anos anteriores, estava mais rica, mais difícil, mais complexa.” Entre os “personagens” citados, destaque para Cazuza.

Governo. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, disseram estar satisfeitos com o conteúdo. Questionado sobre a ausência de temas, Weintraub admitiu que houve a recomendação para os formuladores do exame evitarem polêmicas. “O conteúdo das questões não vou comentar”, disse, para mais tarde relatar que só teve conhecimento das questões ontem.

Weintraub afirmou ainda que a orientação era fazer uma prova de forma a selecionar pessoas mais qualificadas. “O objetivo não era dividir, doutrinar. Assim que deveria ser um exame que mexe com a vida de todo mundo.” Ele

afirmou ainda que a prova é a “cara” do presidente Jair Bolsonaro. “Foi o com menor custo nominal e mais baixo aparentemente de problemas”, ressaltou.

O presidente também parece ter aprovado a prova, ao contrário de 2018. “Não teve nada de anormal. O tema da Redação foi justificável. Foi bem”, disse, ao acompanhar uma partida sub-17 a 40 quilômetros de Brasília.

“Sem doutrinação. O primeiro Enem de um novo ciclo foi tranquilo. Até as pessoas de esquerda não estão criticando.”

Abraham Weintraub

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

“Não caiu nenhuma letra de música de Chico Buarque, Caetano ou texto de Marx. Nem Olavo de Carvalho.”

Fabio Romano

C O O R D E N A D O R
EDITORIAL DE

CIÊNCIAS HUMANAS DO
COC

Cinema na Redação surpreende candidatos e cineastas

Os professores e coordenadores de cursinho consideraram “simples e neutro” o tema da Redação: “Democratização do acesso ao cinema no Brasil”. Para Maria Catarina Bozio, coordenadora de Redação do Poliedro, o tema era “fácil para o aluno desenvolver, já que é próximo dos candidatos”.

Ela lembra, no entanto, que a “democratização” pode ser questionada, uma vez que a maioria das cidades do País tem acesso bastante restrito. “Pensando em quem está no interior, são muitas pessoas que moram em cidades com poucas opções ou sem nenhuma sala.”

O professor Adriano Chan também destacou que o preço médio do ingresso pode ser abordado pelos candidatos. “Para desenvolver os argumentos, é possível falar da indústria cultural, conceito de Adorno e de Horkheimer, que prega como até as obras de arte passam a ser feitas

em série para atender à demanda de consumo numa lógica de mercado, excluindo os menos favorecidos.”

Os professores também destacam que o tema se aproxima de polêmicas recentes do governo federal, como as acusações de censura a determinados tipos de obras ou a ameaça de extinção da Agência Nacional do Cinema (Ancine). Juliana Fernandes, do Sistema COC, lembra que as críticas são pertinentes, desde que feitas de forma respeitosa, mas destaca o risco de “tangenciamento” ao tema.

Surpresa. O tema ainda surpreendeu cineastas, como Kleber Mendonça Filho, diretor de Bacurau, Aquarius e O Som ao Redor, que vê justamente um momento de “incerteza” na gestão política da área. “Há uma movimentação que parece sugerir o desmonte do audiovisual. Mas acho que foi um dia muito positivo

para o cinema brasileiro.”

Anna Muylaert, diretora de Que Horas Ela Volta e Mãe Há Só Uma, avaliou o assunto como “complexo”. “Acho que o tema valoriza o cinema e instiga o aluno a pensar, especialmente porque questiona a democratização. Por outro lado, o aluno dessa faixa etária, de uma maneira global, ainda não tem uma direção para pensar sobre isso.”

Apesar de muitos verem o tema como “neutro” grande parte dos estudantes tentou fugir de análises políticas. Foi o caso, no Rio, de Matheus Gonçalves, de 22 anos. “Fiz um rascunho, mas parei para analisar e achei que estava caindo muito para questões políticas, que são polêmicas. Então reescrevi.”

“Os textos de apoio deram apenas dados básicos, que não serviram para nada”, avaliou a estudante Vitória Araújo, que pretende cursar Letras.

Aplicador seria responsável por vazamento, diz ministro

Minutos após o início do Enem já circulava nas redes sociais a imagem da página com a proposta da Redação. “A foto é verdadeira, mas em nada compromete a realização da prova. Todos os procedimentos de segurança já tinham sido feitos, a prova já tinha sido distribuída e alguém tirou uma foto e colocou nas redes”, disse o ministro Abraham Weintraub, ainda na parte da tarde. “A PF vai identificar a pessoa responsável e tomar as providências legais.”

Mais tarde afirmou que a foto não provocou danos ao exame e, em sua avaliação, não abrirá brechas para pedidos na Justiça para a anulação da prova. Análi-

ses feitas até aquele momento, de acordo com ele, indicavam que o vazamento teria sido provocado por um aplicador de provas que, notando a ausência de três candidatos, teria aberto os cadernos e fotografado. Mais cedo havia dito que o vazamento ocorrera em Pernambuco.

Weintraub disse esperar que rapidamente a pessoa envolvida seja encontrada. Questiona-

● **Contra recursos**

Uma força-tarefa da Advocacia-Geral da União atuou em 63 ações judiciais até ontem para evitar questionamentos.

.....

USP: Lula vira preso político em prova cancelada

A Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP) cancelou a prova de seleção do Curso de Especialização EAD em Saúde Pública. A informação foi publicada no site oficial, sem mencionar o motivo. O cancelamento, contudo, aconteceu após a deputada estadual Janaina Paschoal (PSL-SP) denunciar na Assembleia Legislativa que a prova continha questões que tratavam, por exemplo, da prisão do ex-presidente Lula como política, e o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe institucional. Para Janaina, a prova seguia uma linha ideológica.

EDUCAÇÃO »

Caça às bruxas por vazamento

Abraham Weintraub e o presidente do Inep, Alexandre Lopes, comemoraram o sucesso da aplicação, que teve o mais baixo custo nominal por aluno

Abstenção, no primeiro dia do Exame Nacional do Ensino Médio, foi a menor da história, de 23% dos mais de 5 milhões de inscritos. No próximo domingo, deve ser maior. Divulgação de foto da prova leva a investigação

RODOLFO COSTA

O governo vai promover uma “caça às bruxas” para identificar o responsável por vazarem a imagem de uma prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A principal suspeita do ministro da Educação, Abraham Weintraub, é de que seja um aplicador. A promessa dele é não medir esforços para encontrar e

punir o responsável. “O que a gente vai tentar fazer é escangalhar ao máximo a vida dele. (...) Absolutamente tudo que a gente puder fazer para essa pessoa se arrepender amargamente de ter um dia vindo ao mundo”, afirmou, na noite de ontem.

Antes, o ministro afirmou, em vídeo publicado no Twitter pessoal, que, “aparentemente”, o caso aconteceu em Pernambuco. À noite, ele recuou, e disse que vai aguardar o término das investigações, que estão sendo conduzidas pela Polícia Federal (PF). “O que a Polícia Federal levantou é que ele teve acesso depois da distribuição das

provas, o malandro. Viu os alunos que não tinham comparecido e pegou as provas de quem não tinha comparecido e divulgou as páginas da redação. É mais uma tentativa de gerar um mal-estar para a população”, criticou.

Até a noite de ontem, a PF não tinha o nome do principal suspeito. Na foto vazada, consta a principal pista utilizada pelos agentes na identificação do transgressor: o código de barras. “Eram três provas. Consegui três provas e os códigos. Eram de pessoas que faltaram. Então, provavelmente, foi um aplicador. Tudo provavelmente, afirmar, não vou. A polícia vai entregar o nome, a pessoa. Uma pessoa baixa, vil, uma pessoa má, que abusou da confiança dos outros. (...) Sabemos pelos códigos de barra e estamos localizando rapidamente”, afirmou.

Para o ministro, as punições no Brasil são leves e, portanto, disse que o governo vai atrás de “absolutamente tudo” que puder fazer para que a pessoa seja punida. “Para essa pessoa pagar pela má-fé dela, pela falsidade e traição que cometeu. Absolutamente tudo. Se der para ser criminal, criminal, civil”, destacou. “Vamos atrás dele. Não estamos no Império Romano, não existe mais empalamento e crucificação.”

Apesar de o vazamento ter

deixado o ministro visivelmente incomodado, ele considera que o primeiro dia de aplicação de provas foi “ótimo”. Segundo o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, 1,17 milhão de inscritos se ausentaram, o que representa uma abstenção de 23% em relação aos cerca de 5,09 milhões de inscritos. “Foi a mais baixa abstenção da história do Enem”, celebrou Weintraub.

Dos cerca de 3,92 milhões de presentes, 376 foram eliminados, o que representa cerca de 0,0095% do total. É um dos dados que levam Weintraub a crer no sucesso da aplicação. As eliminações, explicou, foram em decorrência de descumprimento de regras gerais, por acusação no detector de metais, em decorrência do porte de equipamento eletrônico, ou, segundo o Inep, por decisão do estudante em ausentar-se antes do horário permitido, ou por “utilizar impressos”, ou por não atender orientações dos fiscais. “Mas (não teve) nenhuma detecção de fraude”, afirmou o ministro.

Entre o total de presentes, 93 foram, segundo critérios adotados pelo Inep, afetados por “ocorrências logísticas”. O governo atribui essas causas a emergências médicas, interrupção temporária de energia elétrica, problemas com abastecimento de água, entre outros. “Tivemos episódios de falta de luz,

um ou outro episódio por falta de água, dois episódios de pessoas com problemas de saúde, mas, de modo geral, foi um Enem muito tranquilo”, analisou.

Influências

Para a próxima prova, onde os estudantes serão testados em questões das disciplinas de química, física, biologia e matemática, Weintraub prevê uma abstenção maior, mas, ainda assim, mantendo o padrão de um baixo índice histórico. “A abstenção (da segunda prova) costuma ser um pouco maior, mas estou surpreso, (foi) a mais baixa da história. Quem sabe, (a abstenção) tem que ser um pouco maior, mas espero que seja abaixo também”, ponderou.

O primeiro Enem da gestão Bolsonaro foi carregado de influências do atual governo, admitiu Weintraub. “Foi um sucesso, deu certo, a despeito de ficar seis meses debaixo da chuva de fake news. Foi o mais baixo em termos de custo por aluno e isso é nominal, inclusive, já desconsiderando a inflação. O mais baixo, aparentemente, em termos de problemas. É, sim, a cara de eficiência, gestão e responsabilidade que a gente busca dar ao governo do presidente Jair Bolsonaro”, sustentou.

Além disso, ele reconheceu a interferência em termos de costumes e valores. “Respeitamos toda a sociedade, não está tendo crítica nenhuma em relação aos temas,

mostrando que somos republicanos e visando a atender a sociedade como um todo. Ao contrário do que tinha no passado, doutrinação, ineficiência, escândalos, problemas com gráficas”, explicou.

A prova de ontem, contudo, foi a primeira em anos que não teve questionamentos alusivos à ditadura militar. Weintraub minimizou o tema, mas admitiu que orientou os responsáveis pela composição do exame em elaborar uma prova capaz de testar os candidatos. “Pedimos uma prova que pudesse selecionar as pessoas mais qualificadas para conseguir entrar em uma faculdade. O objetivo do Enem é selecionar as pessoas mais capacitadas. Ponto. E acho que foi atendido”, justificou.

Professores do Sigma comentam conteúdo ao vivo

Nesse domingo, 25 professores do Centro Educacional Sigma comentaram, ao vivo, direto dos estúdios da TV Brasília, as provas de ciências humanas e linguagens e a redação do Enem 2019. A live foi transmitida nas redes sociais do Correio Braziliense, com excelente audiência no Twitter. No próximo domingo, a equipe do colégio retorna à redação para dar o gabarito e comentar os itens de matemática e ciências da natureza do exame. Mais de 5 milhões de pessoas estão inscritas no Exame Nacional do Ensino Médio.

Por que apoiar pesquisas científicas

»ALDO PAVIANI

Geógrafo e professor emérito da UnB, membro do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais e do Núcleo de Estudos do Futuro/Ceam/UnB

A pergunta acima pode ter respostas óbvias, mas nem todas estão à nossa disposição. Desde a criação de universidades na Europa, ao lado da educação superior, a pesquisa dos cientistas foi empregada para dar suporte aos conhecimentos e possibilitar avanços técnico-científicos e inovações. Por essa razão, as ciências chegaram onde estão. A cada avanço, surgem necessidades de novas pesquisas. Os progressos se comparam à subida de escadas enormes: cada degrau enseja mais descobertas e novos degraus são galgados. Por isso se requer investimentos procedentes de agências públicas ou de empresas privadas.

Na área da saúde e de técnicas de locomoção para deficientes, há exemplos trazidos pela mídia: “Esperança contra o câncer terminal”, em que um “linfoma não Hodkings” pode ser debelado no Brasil por terapia “inédita na América Latina”, que somente foi atingida pela colaboração de muitos cientistas e trabalhos empíricos para modificação genética. O beneficiado

foi um homem de 63 anos, que chegou a engordar após o tratamento. A cura, talvez, possa ser confirmada dentro de três meses. Para avançar nas pesquisas, são necessários mais investimentos.

Outro caso nos mostra que criança de 8 anos, portador de deficiência nas pernas, pode caminhar com a ajuda de prótese de fibra de carbono e resina plástica, especialmente desenvolvida para ele, com a vantagem de os materiais utilizados serem de baixo peso e custo. Com isso, a qualidade de vida do menino mudou e ele pode “dançar a catira na escola” com os colegas de classe. Pode-se imaginar o que era a vida do estudante sem a prótese: ele tinha que se “arrastar apoiado nos joelhos para se locomover em pé”. Nesse caso, as pesquisas que levaram o garoto a caminhar e correr dependeu de trabalho de fisiatra e de técnico em próteses. Os custos, não muito elevados, foram cobertos pelo SUS. A medicina tem oferecido surpreendentes progressos no Brasil e ao redor do mundo.

Em outro patamar de investigação, recentes prêmios Nobel foram dados a três pesquisadores. Segundo notícia o Correio Braziliense, os premiados em química foram um americano, um britânico e outro japonês. Eles tornaram o “mundo recarregável”. O feito, que tornou as pessoas mais

próximas umas das outras, foi o desenvolvimento da bateria de lítio, que está em enormidade de objetos que utilizamos no dia a dia, em tablets, celulares, microcomputadores etc. O invento é utilizado pelos astronautas em voos orbitais; nas indústrias, em certas fases da produção com menor uso de combustíveis fósseis; nas aeronaves, em seus voos cada vez de maior alcance e com menor consumo de energia e iluminação mais durável. Logicamente, é incontestável o grande retorno dessas descobertas, mesmo porque, em alguns anos, o automóvel do futuro será movido a eletricidade, armazenada em baterias de íons de lítio, que já estão sendo usadas nos carros híbridos, com a vantagem de não ter que ficar horas num posto para a recarga. Por enquanto, temos combustíveis fósseis. Mas, na falta deles, é alentador saber que a eletricidade autogerada moverá os veículos de todos os tamanhos sem causar a poluição atmosférica e o aquecimento geral do planeta.

Na entrega do Prêmio Nobel de Física, divulga-se que outro trio de cientistas realizaram descobertas que “avançam na compreensão do cosmo” e podem “desvendar se há vida fora da Terra”, isto é, se há seres vivos nos exoplanetas. O planeta gasoso descoberto pelos astrofísicos premiados é do tamanho de Júpiter, que, por sua vez, é mais de mil vezes maior que nosso planeta. As descobertas poderão ser mais

surpreendentes na próxima década com o lançamento do supertelescópio espacial James Webb. Com isso, estaremos mais perto de saber se há vida em outras galáxias. Algo que fascina os cientistas e compensa os milhões de dólares investidos.

Na concessão do Prêmio Nobel de Economia, três cientistas foram contemplados por estudarem formas de combate à pobreza. Os premiados são um indiano, uma franco-americana e um norte-americano. Os três advogam que a pobreza diminui com investimentos em saúde e educação. Aplicaram seus estudos na África e na América Latina para observarem como as políticas públicas, em educação e saúde, reduzem as desigualdades, sendo a pobreza problema econômico a ser resolvido. Pode-se antever que os investimentos em saúde e educação trarão milhares de brasileiros para o sistema de produção. As pesquisas indicarão o caminho a seguir e, por isso, necessitam de recursos do poder público e do apoio de investimentos privados. Os exemplos reforçam a necessidade de pesquisar.

ENEM »

Primeiro dia passa, mas tensão fica

Marcelle Petti estava acompanhada do pai, Marcelo. A jovem de 16 anos, que sonha em cursar medicina ou biologia, fez a avaliação como treineira

Após as provas de domingo, estudantes falam da rotina de estudos e da expectativa pela aprovação em universidades federais

Juliana Andrade
Mariana Machado
Darcianne Diogo*

Caneta preta no bolso e o preparo de meses com a cara nos livros. Assim chegavam os estudantes aos locais designados para o primeiro dia de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). No Distrito Federal, 95.862 pessoas se inscreveram, a maioria

(57,2%), jovens de até 20 anos. Ontem, eles responderam questões de Línguas, Ciências Humanas e fizeram a Redação. No próximo domingo acontece o segundo dia de avaliação com conteúdos de matemática e ciências da natureza (veja Saiba Mais).

Os portões abriram às 12h, mas teve gente que preferiu se adiantar. A estudante Luiza Meireles, 19 anos, foi uma delas. Ela chegou na Upis, faculdade na Asa Sul, por volta das 11h30. "Vim antes para não correr o risco de chegar atrasada. Vindo mais cedo, eu cheguei mais tranquila. Ainda estou ansiosa, mas espero que

eu passe", diz a jovem, que quer cursar medicina.

O curso também é a escolha do vendedor Lucas Nunes, 19 anos, que faz a prova pela quarta vez consecutiva. Ele sabe que o caminho para chegar na Universidade de Brasília (UnB) não é fácil. "Ser médico é um sonho de muito tempo. Vi minha bisavó morrer no hospital por negligência. Esse episódio ficou em minha mente e me gerou uma revolta", afirma.

Na busca pela aprovação, Lucas adotou uma rotina intensa de estudo durante um ano. "Geralmente vou para o trabalho às 9h, mas, para conseguir estudar, passei a acordar às 6h", explica. "Estudei alguns temas que caíram, como racismo e homofobia. Sabia que assuntos como esses entrariam. Mas não gostei do tema da redação. Esperava algo de política ou movimento feminista", destaca.

O Enem pode ser usado para entrar em universidades federais, mas também para conseguir descontos na mensalidade de faculdades privadas. Pensando nisso, Onofra Casemiro da Silva, 57 anos, veio de São Paulo fazer a prova em Brasília. Quando fez a inscrição, ela morava no DF, mas precisou se mudar nos últimos dias. "Eu tenho muita vontade de cursar pedagogia, mas não tenho condições de pagar uma faculdade, então vim tentar uma bolsa", conta.

A preparação também não foi fácil. "Eu terminei o EJA (Educação de Jovens e Adultos) agora, e peguei livros emprestados para estudar o conteúdo", revela Onofra.

Isabella Helen Martins, 22 anos, está no segundo semestre do curso de nutrição no Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), e fez a prova para conseguir um desconto na mensalidade. Durante seis meses, ela intensificou a rotina de estudos, com apostilas e videoaulas. "Tenho boas expectativas. As questões exigem interpretação, mas é só se concentrar e ler com calma", analisa.

Apoio familiar

Enquanto nas salas, os jovens se concentravam para responder às questões, do lado de fora, pais dos estudantes aguardavam ansiosos. Marcelle Sousa Petti, 16 anos, fez o Enem pela primeira vez, como treineira. "Eu quero cursar medicina ou biologia. Ano que vem, vou fazer a prova para valer", adianta. A garota quer usar a nota para tentar vagas em universidades de outros estados, ou até mesmo fora do Brasil. O pai da jovem, o cirurgião dentista Marcelo Pereira Petti, 57 anos, confessa que está otimista com o resultado. "A gente sempre fica meio nervoso por eles, mas estamos

confiantes", garante.

A motorista de aplicativo Marta Soares Andrade, 50 anos, esperou o filho até o final da prova. "Vou ficar torcendo por ele, mas estou bem tranquila", diz. A doméstica Maria de Lourdes Barboza, 55 anos, também aguardou do lado de fora a filha concluir a avaliação. A garota já faz faculdade, porém tenta uma bolsa. "Estou na torcida, mas ela está bem calma. Estamos confiantes", destaca.

Conteúdo

Sonhando com o ingresso na Faculdade de Direito da UnB, a estudante do Centro Educacional do Lago Norte (Cedlan) Tainara Xavier, 18 anos, prestou Enem ontem, depois de três anos fazendo a prova como treineira. Nos meses de preparação, pegou firme nos livros, estudando quatro horas por dia e fazendo cursinho preparatório. "Tive a ajuda de vários professores da minha escola. Eles trouxeram conteúdos pertinentes e elaboraram simulados". Otimista, ela acredita que conseguirá a aprovação.

Contudo, Tainara considera que alguns conteúdos deveriam ter sido mais explorados. "Em sala de aula, os professores ensinaram questões de geopolítica, história do Brasil e

escolas literárias. Senti falta disso. Havia muitos textos e isso ficou cansativo", admite. Na redação, ela conta que esperava por temas como saúde, empreendedorismo e educação.

Daniele Farias, 17 anos, esperou até o último momento para levar a prova e corrigir o gabarito em casa. A adolescente está esperançosa em entrar em Engenharia Química na UnB com a nota do Enem. "Meus amigos me passaram videoaulas, simulados e orientações de como fazer a redação. Isso me ajudou e deu discernimento na hora de redigir o texto", assegura.

*Estagiária sob a supervisão de Guilherme Marinho

Saiba mais

Veja a matéria completa com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) na página 5. O segundo dia de Enem acontece em 10 de novembro. Os cadernos trazem as provas de Matemática e Ciências da Natureza. Os locais do exame serão os mesmos. Os portões abrem às 12h e fecham às 13h. A aplicação começa às 13h30 vai até 19h.

Professores analisam o teste

Mariana Machado

Feminicídio, cinema e imigração foram alguns dos tópicos levantados no Enem 2019. Professores do colégio Sigma fizeram uma análise das questões abordadas no primeiro dia de provas, ao vivo nas redes sociais do Correio. O conteúdo está disponível no Facebook e Youtube do jornal.

Na primeira parte dos cadernos, estavam as questões de língua estrangeira. Para o professor de inglês Antônio Cosme, a prova estava dentro do esperado e as respostas dependiam de uma boa interpretação de texto. “Trouxeram música, versos, prosa, cartum e abordaram temas sociais, como humanismo e respeito ao próximo”, destaca. “Foram citados vários artistas, entre eles, Madonna. É uma prova muito rica”, elogia.

O professor de espanhol Gustavo Tozetti acredita que expressões idiomáticas podem ter pego os alunos de surpresa. “Muita gente que não fala inglês, opta pelo espanhol porque é mais próximo do português, mas há termos que eles precisam saber o significado para acertar a questão”, afirma. Houve ainda textos envolvendo a formação da

identidade espanhola e a importância da comida na cultura ibérica.

Para o professor de geografia Eduardo de Almeida, esta edição foi mais simples em relação à do ano anterior. “Foi mais cartesiana e não exigia do aluno muita profundidade. Não houve necessidade de pré-requisito de conceitos. Este ano, a prova esteve bem mais rasa do que no ano passado pelo nível de exigência. O aluno mais atento foi, quase por indução, levado à resposta”, critica.

Já o professor de história Isaac Moura, considera a versão 2019 mais complexa do que a de 2018. “Uma prova essencialmente conteudista, exigindo diretamente a aplicação de conteúdo”, avalia. “Havia uma expectativa de não surgirem questões sobre minorias, mas uma delas era sobre Maria Quitéria, tratando da luta das mulheres por emancipação”. Autores como Hanna Arendt, Eric Hobsbawm, e Kant também foram cobrados.

Redação

Mais uma vez, a redação explorou assuntos de repercussão nacional. Os estudantes precisaram discorrer sobre o tema “Democratização do

acesso ao cinema no Brasil”. Para o professor Eli Carlos Guimarães, a escolha surpreendeu positivamente. “Não foi na perspectiva do que vem sendo normalmente apresentado, como educação, saúde ou meio ambiente”, elogia.

Ele acredita que a melhor forma de abordar o assunto seja de maneira ampla. “O aluno tem que apontar soluções e, talvez, esteja aí a maior dificuldade”, pondera. “Nos últimos três anos, o tema das redações foi sempre inesperado”, lembra o professor. Em 2018, alunos debateram o controle de dados na internet, e no ano anterior, os desafios para a formação educacional de surdos.

A professora Carolina Darolt afirma que, como a temática cultural não era esperada, isso ajuda a equilibrar os textos. “Todos partem do mesmo ponto para a correção. Vai se destacar quem souber falar de todas as abordagens”. Ela ressalta que os estudantes não podem esquecer de tratar do assunto nacionalmente. “O acesso que se tem ao cinema em Brasília é muito diferente do que acontece no sertão. Eles precisam falar do Brasil”, finaliza.

Benefício descontinuado

Em épocas de aperto orçamentário, governos seguram despesas para equilibrar as contas. Nada de novo aí. Espera-se, porém, que o poder público aja com coerência.

Conter gastos na área social, por exemplo, pode agravar a desigualdade e deixar ao relento os contingentes mais desassistidos do país.

Este parece ser o caso com a surpreendente redução no número de beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Criado em 1996, o BPC ajuda com um salário mínimo (R\$ 998, hoje) os deficientes e idosos mais pobres. Para se fazer jus ao benefício, a renda per capita familiar deve ser inferior a R\$ 400.

Nos nove meses iniciais do governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL), houve redução de cerca de 26 mil nomes no cadastro de idosos que recebem o auxílio. Eram 2,049 milhões de pessoas em 2018, número que caiu para 2,023 milhões em setembro —um retrocesso inédito na história do BPC.

O Ministério da Cidadania, comandado pelo deputado federal Osmar Terra (MDB), ofereceu explicação implausível para o recuo no cadastro: seria resultado de esforço para identificar irregularidades na concessão do auxílio. Ocorre que só 5.600 benefícios

para idosos terminaram cancelados, muito menos que a cifra da redução.

A cada mês, aproximadamente 22 mil idosos requisitam o BPC. Tudo indica que o gargalo se dá na análise desses pedidos, originando uma fila de espera que já conta mais de 152 mil solicitações.

Para muitas dessas pessoas, receber ou não o BPC pode representar a diferença entre alimentar-se adequadamente ou não, tomar os remédios necessários ou não. Não são despesas que se possam adiar.

O orçamento do BPC para idosos em 2020 é de R\$ 26,2 bilhões, acréscimo de apenas 1,5% em relação a 2019 —índice menor que o da inflação. Por outro lado, Bolsonaro assinou há duas semanas medida provisória que garante pagamento de um 13º para os beneficiários de outro programa, o Bolsa Família.

O governo federal alega que o orçamento da pasta comporta a medida porque suspendeu o reajuste da bolsa, ou melhor, substituiu-o pelo 13º. Neste caso, 1/12 do benefício anual corresponde a um acréscimo de mais de 8%, num ano em que a taxa de inflação caminha para ser menor que 4%.

Não é muito coerente ampliar um benefício —tão criticado no passado por Bolsonaro— e restringir o acesso de idosos a outro.

Quase 30% de formandos de escola pública não se inscrevem no Enem

Mesmo consolidado como a principal porta de entrada do ensino superior, o Enem, cujas provas deste ano são realizadas neste domingo (3) e no próximo (10), não conseguiu reverter a tendência de baixa participação de estudantes do ensino público.

É comum entre alunos de escolas privadas, com melhor renda, a busca de uma vaga no ensino superior já no fim do 3º ano. Na escola particular, 95% dos concluintes fizeram o Enem, na média, entre 2015 e 2018.

Já entre alunos da escola pública, essa média é de 72%: quase três em cada dez alunos nem sequer se inscrevem para fazer a prova.

Em todo país, 88% dos estudantes de ensino médio são de escolas públicas (dados de 2018). O exame dá acesso às universidades federais, que contam com cotas, a bolsas do ProUni (Programa Universidade Para Todos) e a

contratos do Fies (Financiamento Estudantil). Parte das vagas de instituições estaduais, como a USP, também é preenchida a partir da nota do Enem.

A reportagem cruzou dados das sinopses estatísticas da Educação Básica e do Enem produzidas pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), autarquia ligada ao MEC que também forneceu as informações mais recentes.

A partir de 2009, o exame foi transformado em vestibular nacional. Quem faz a prova pode acessar um sistema que reúne todas as vagas de universidades que aceitam a nota do Enem. No primeiro semestre de 2019, o Sisu (Sistema de Seleção Unificada) ofereceu 235.476 vagas em 129 instituições pelo Brasil.

Mesmo que a participação de concluintes da rede pública seja inferior aos dados das escolas privadas, essa mudança representou uma maior democratização do

acesso. Antes, cada universidade federal, por exemplo, tinha seu próprio vestibular.

O Enem tem passado desde 2017 por uma redução no número de inscritos; neste ano, são esperados 5,1 milhões de candidatos na prova.

O número de inscritos concluintes das duas redes também é o menor em pelo menos em cinco anos. Da escola pública, são 1,24 milhão de alunos —9% a menos do que em 2018. O número de inscritos da rede privada caiu 18% com relação ao ano anterior, e chegou neste ano a 218,6 mil jovens inscritos.

Embora a tendência se mantenha, não é possível saber o percentual que esses inscritos representam com relação ao total de alunos do 3º ano. Os dados de matrículas deste ano ainda não estão disponíveis.

Estudantes de escola pública têm gratuidade no Enem. Além dos concluintes, um grande volume de

alunos egressos da rede oficial se inscreve a cada ano.

Uma medida vigente desde 2018, decidida pela gestão Michel Temer (MDB), impede que um candidato isento mas ausente no exame sem justificativa consiga liberação de pagamento no ano seguinte.

A regra foi criada para reduzir custos com faltosos. No último ano, 25% dos inscritos faltaram.

O presidente do Inep, Alexandre Lopes, defende a perda de gratuidade nessas condições e ressalta a redução de matrículas no ensino médio, que impacta no número de participantes no Enem.

“Há uma redução de alunos concluintes no ensino médio, ano a ano a população vem diminuindo, o que leva à queda da quantidade de inscritos no Enem”, diz. “Nem todos os concluintes de escola pública vão

fazer o Enem porque nem todos necessariamente querem o ensino superior, às vezes a pessoa tem que trabalhar.”

O número de estudantes da educação básica tem caído ao longo dos anos. No ensino médio, isso é resultado de uma melhora das taxas de abandono e aprovação, mas também colabora com esse cenário a dificuldade do país em manter os jovens na escola e atrair quem abandonou.

No ano passado, 8% dos jovens entre 15 e 17 anos não estudavam após abandonar a escola. O percentual representa 787,3 mil jovens dessa faixa etária (a esperada para o ensino médio), segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica, produzido pelo Movimento Todos pela Educação.

O fim da possibilidade de o exame servir para certificação do

ensino médio, ocorrida a partir de 2017, também resultou em queda de inscritos no exame.

Algumas redes estaduais, como Ceará e Espírito Santo, promovem ações de incentivo para participação na prova. Há casos de disponibilização de transporte e até centralização das inscrições por parte da própria rede.

Para o professor da UnB (Universidade Brasília) Joaquim Soares Neto, membro do Conselho Nacional de Educação, os dados refletem a perspectiva de futuro do aluno.

“É importante que a rede e a escola trabalhem para que o aluno se sinta motivado e acredite que tenha condições de fazer o exame e de buscar uma vaga numa instituição pública”, diz ele, que já comandou o Inep.

Desigualdade racial transparece em notas de meninos negros, mostra pesquisa

Érica Fraga
SÃO PAULO

A enorme desvantagem educacional de meninos pretos que vivem em São Paulo em relação a garotos brancos da mesma faixa etária é ainda maior se ambos pertencerem a famílias de nível socioeconômico mais elevado.

Isso significa que, embora a renda dos pais tenha grande impacto sobre o desempenho escolar das crianças no Brasil, parte desse poder de alavanca é perdida dependendo da combinação entre gênero e cor da pele do aluno.

A conclusão —reforçada por outros dados— é de um estudo inédito da Fundação Tide Setubal, com foco nas notas de alunos do 5º ano do ensino fundamental em língua portuguesa, na rede pública da capital paulistana, que será divulgado nesta semana.

A análise da intersecção entre renda, cor e sexo dos alunos mostra que há um padrão de desempenho

escolar que se repete dentro de cinco níveis socioeconômicos diferentes.

Meninas brancas, seguidas das pardas, têm melhores resultados. Depois, vêm os garotos brancos. Num quarto lugar —que também se torna mais distante do terceiro em faixas de renda maior—, aparecem os meninos pardos. Logo atrás deles, surgem as garotas pretas. E, num longínquo sexto lugar, estão os meninos pretos.

Os dados do estudo, que refletem essas diferenças, se baseiam em uma medida estatística complexa, que mensura a distância do desempenho dos alunos dos diferentes grupos em relação a uma referência considerada ideal.

A pedido da Folha, os pesquisadores forneceram dados mais intuitivos que apontam resultados parecidos aos que embasam as conclusões do estudo.

No menor nível socioeconômico analisado, as fatias de meninos pretos

e brancos com desempenho abaixo da referência são de, respectivamente, 44,4% e 38% do total. A distância entre eles é, portanto, de 6,4 pontos percentuais.

No recorte de renda mais alta, ambas as parcelas caem para, respectivamente, 30,4% e 18,9%. Mas, como o progresso dos garotos brancos é mais acentuado, o hiato entre os dois grupos quase dobra, atingindo 11,5 pontos percentuais.

“Esses resultados mostram que os meninos pretos, claramente, estão em situação desvantajosa dentro da escola”, afirma o sociólogo Mauricio Ernica, um dos responsáveis pelo estudo.

As conclusões reforçam a importância de que a política pública se preocupe não só com o nível geral de aprendizagem no país mas também com a desigualdade de resultados que se esconde atrás das notas médias.

Ernica ressalta que, embora os

meninos pretos sejam os mais prejudicados no ambiente escolar, as meninas pretas e os garotos pardos também estão em frequente desvantagem.

“Temos um regime de castas, como a Índia. Embora aqui isso não esteja na lei, dados como esses confirmam que, na prática, há pouca mobilidade”, afirma a economista Fabiana de Felício, diretora da consultoria Metas Sociais.

Especialistas ressaltam que, para o aprimoramento da política pública, é importante evidenciar que há outros fatores —além do nível socioeconômico— que desfavorecem alguns alunos e investigar quais são eles. Uma hipótese ainda pouco debatida para o contexto escolar é a discriminação racial.

“Essa pesquisa é um indicador evidente de racismo e da segregação que afeta a população negra”, afirma Marília Pinto de Carvalho, professora livre-docente da Faculdade de Educação, da USP.

A pesquisadora já conduziu diversos trabalhos de campo sobre a realidade de alunos, em recortes de gênero e raça, no ambiente escolar, em áreas urbanas.

Em um deles, as autodeclarações

de cor das crianças foram comparadas com a classificação feita por seus respectivos professores.

“Na classificação das educadoras, a coincidência entre raça negra e problemas escolares é muito mais intensa que na autoclassificação dos alunos”, diz um trecho do estudo. No caso dos meninos, esse descasamento é mais forte.

Tanto Marília quanto Ernica acreditam que a forma como os meninos pretos são percebidos no ambiente escolar pode contribuir para seu desempenho pior:

“A escola tende a reproduzir em seu interior o racismo que existe na sociedade. Assim como o homem preto está associado à violência, o menino preto está associado à indisciplina”, diz Marília. Segundo ela, isso cria um atrito entre esse grupo e a escola, dificultando sua aprendizagem.

O papel da família, de acordo com especialistas, também se mostra crucial.

O estudante de engenharia mecânica Jadson Oliveira de Jesus, 21, classifica como sorte o fato de ter nascido em um lar estruturado, embora de baixa renda.

“Minha mãe sempre foi uma supermãe. Me ensinou a ler quando eu tinha dois anos, a escrever quando eu tinha três. Ia às reuniões da escola, conversava com os professores”, diz ele, que nasceu e cresceu na Bahia e, hoje, estuda em São Paulo, no Insper, com bolsa integral.

Ele diz acreditar que a atenção e o incentivo que recebeu dos pais desde a primeira infância —época crucial para o desenvolvimento infantil— contribuiu para que ele superasse barreiras associadas à cor e à renda e alcançasse ótimo desempenho escolar.

O estudante conta ter visto muitos meninos, também negros e pobres, na região violenta onde cresceu serem tragados pelo tráfico.

Tanto Jadson quanto os pesquisadores ouvidos pela Folha dizem acreditar que o destino de muitos meninos negros também poderia ser diferente se a sociedade valorizasse mais modelos de homens da mesma raça bem sucedidos.

“No Brasil, a escola é caracterizada pela ausência do personagem negro como herói da história, como pessoa ativa, que encontra soluções, luta pelos seus direitos”, afirma Marília.

Pesquisadores criam índice para medir desigualdade

Érica Fraga
SÃO PAULO

O indicador de raça usado na pesquisa da Fundação Tide Setubal se baseia em autodeclarações feitas pelos alunos nos questionários da Prova Brasil, exame de aprendizagem aplicado pelo governo federal.

Além de Ernica, o estudo foi conduzido pela estatística Erica Castilho Rodrigues, da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).

A metodologia usada se baseia no IDeA, índice que retrata as desigualdades de aprendizagem nos municípios brasileiros, idealizado pelo economista Francisco Soares (Universidade Federal de Minas Gerais) e desenvolvido em conjunto com Ernica, Erica e Victor Maia Senna Delgado, também da Ufop.

O IDeA partiu da construção de uma referência de desempenho educacional ideal com base nos resultados de um grupo de países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) no Pisa, teste internacional de aprendizagem.

O segundo passo dos pesquisadores foi calcular o quanto

os estudantes brasileiros precisariam avançar nesse exame para atingir o nível da nação desenvolvida típica que sintetizaram.

Essa distância se converteu em uma segunda referência, que seria o patamar ideal de desempenho dos alunos brasileiros na Prova Brasil.

A partir dessa metodologia, nasceu o IDeA, que expressa a aprendizagem de alunos do 5º e do 9º anos, testados pelo exame nacional, também levando em conta as desigualdades entre diferentes grupos.

Dados divulgados junto com o índice, em meados deste ano, já indicavam fortes disparidades de aprendizagem nas diferentes cidades do país.

O estudo feito agora se aprofunda nessas questões, a partir de estatísticas da rede pública de São Paulo. Os dados da Prova Brasil usados pelos pesquisadores cobrem o período entre 2007 e 2015.

Além do retrato geral do desempenho dos estudantes na cidade, o trabalho investigou como os padrões de desigualdade variam em diferentes distritos. A conclusão é de que a capital paulistana pode ser dividida em quatro grupos.

Apenas um deles possui a combinação ideal de aprendizagem alta e desigualdade baixa, mas ele concentra apenas 12% das matrículas dos primeiros anos do ensino fundamental da rede pública.

Segundo Ernica, os outros três grupos apresentam resultados indesejáveis.

A divisão que concentra 76% dos alunos do início do ciclo básico na rede pública têm nível baixo de aprendizagem e—por aglutinar uma grande fatia da população pobre da cidade—também de desigualdade.

Embora a pesquisa retrate um contexto desfavorável para muitas crianças, especialistas ressaltam a importância de enfatizar que essa situação é reversível: “Há países como Finlândia, Rússia e Estados Unidos que conseguiram reduzir muito suas desigualdades educacionais”, diz Fabiana de Felício.

Segundo pesquisadores, mostrar as disparidades é o primeiro passo necessário para alertar para a importância de que novos caminhos, como mais investimentos na primeira infância de crianças vulneráveis e reformulação de práticas escolares, sejam tomados.

USP cancela prova com menção a Lula como preso político e ao impeachment como golpe

Angela Pinho
SÃO PAULO

A Faculdade de Saúde Pública da USP decidiu cancelar uma prova de seleção para um curso de especialização com questões que diziam que o ex-presidente Lula é um preso político e que o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, foi um golpe.

A medida foi tomada após a deputada estadual Janaina Paschoal (PSL-SP) questionar o conteúdo do exame em discurso na Assembleia Legislativa de São Paulo.

A prova era destinada a escolher candidatos que fariam um curso a distância de especialização em saúde pública.

O impeachment foi citado em pergunta com a seguinte formulação: "A saída de Dilma Rousseff da Presidência da República se deu por meio de: a) desvios orçamentários; b) greves dos sindicatos; c) golpe institucional; d) denúncias de corrupção; e) exigência do

Congresso Nacional". A alternativa apontada como correta era "golpe institucional".

Outra pergunta citada pela deputada dizia: "Dentre as medidas recentes dos governos após o golpe de 2016, há uma que limita as ações públicas" e pedia para o aluno apontar um tema que vem sendo pautado pela visão conservadora. A resposta correta era ideologia de gênero.

Lula, por sua vez, era a resposta correta à pergunta sobre "aquele que está sendo considerado mundialmente um prisioneiro político".

Em discurso na quarta-feira (30) na Assembleia Legislativa, Janaina afirmou que recebeu denúncias de candidatos sobre o exame, que classificou como nulo. Disse ainda que os responsáveis deveriam responder por improbidade administrativa.

"Nós estamos falando de um

processo seletivo para saúde pública em que nenhuma das perguntas diz respeito a saúde pública", declarou. "Todas as perguntas trazem como alternativa aguardada como correta uma linha ideológica. Não estou sequer criticando essa linha ideológica, estou dizendo que numa universidade pública não se pode impor e, pior, cobrar como critério de aprovação nenhuma linha ideológica."

A deputada elencou ainda entre as questões que considerava de viés ideológico as que abordavam temas como neofascismo, "a obra feminista 'O Segundo Sexo'", de Simone de Beauvoir, a vereadora Marielle Franco, assassinada no Rio, a reforma da Previdência e quem foi um "importante líder político brasileiro, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro" (resposta: Luiz Carlos Prestes).

O diretor da Faculdade de Saúde Pública, Oswaldo Tanaka, confirmou à reportagem o teor das perguntas citadas pela deputada.

Segundo ele, havia 1.900 candidatos para 80 vagas, e o objetivo era verificar se eles estavam atualizados sobre temas de conhecimentos gerais. Ele afirmou que, de fato, não havia questões sobre saúde pública, porque o curso era aberto a pessoas também de outras formações de nível superior.

O edital previa que, após essa primeira avaliação, os 160 aprovados passariam por uma segunda etapa, em que seriam avaliados o currículo e uma carta do candidato. Desses, 80 foram selecionados.

Os nomes já haviam sido divulgados quando a faculdade decidiu cancelar a prova.

De acordo com o diretor, a medida foi tomada após avaliação de que o resultado "não saiu bom".

"A interpretação que foi colocada inclusive pela deputada gerou uma inquietude sobre a lisura, e achamos que não vale a pena manter a prova", afirmou.

Desde a eleição de 2018, apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PSL) têm apontado um suposto viés de esquerda em universidades públicas, negado por acadêmicos como o reitor da USP, Vahan Agopyan.

Em entrevista à Folha em maio, ele afirmou que a universidade tem pessoas com diferentes ideias que debatem e muitas vezes mudam seu ponto de vista. "Falar em doutrinação é, primeiro, imaginar que nossos alunos não têm discernimento, o que não é verdade. E, em segundo, que os professores são de uma única corrente de pensamento, o que também não é verdade."

Entrevista / Paulo Guedes

'Dá para esperar 4 anos de um liberal-democrata após 30 de centro-esquerda?', diz Guedes

Alexa Salomão
SÃO PAULO

Nesta semana, o governo de Jair Bolsonaro encaminha ao Congresso seis conjuntos de medidas que, nas palavras do ministro da Economia, Paulo Guedes, dão início a uma tardia reforma do Estado. “Essa transformação da máquina pública —que servia a uma ordem politicamente fechada e agora precisa servir à população— busca a modernização”, diz Guedes.

O conjunto é amplo. Está previsto o envio de três PECs (Proposta de Emenda à Constituição) para o Senado: a PEC Mais Brasil, que Guedes chama de pacto federativo e que traz um novo regime fiscal e propõe a soma do gasto obrigatório com saúde e educação; a PEC da emergência fiscal, que institui gatilhos para conter gastos públicos em caso de crise financeira na União, estados e municípios; e a PEC dos fundos, que revê 281 fundos públicos.

Para a Câmara seguem a PEC da reforma administrativa, que remodela o serviço público de todos os entes, e um projeto de lei que traz um novo modelo de privatizações.

A primeira fase da reforma tributária do governo, que une tributos federais para instituir o IVA dual, entra numa comissão mista, explica o ministro.

Segundo Guedes, o trâmite e o arcabouço de cada proposta são resultados de um diálogo construtivo entre Executivo e Legislativo. “Hoje, presidente e Congresso são reformistas. As reformas que vêm aí foram processadas politicamente”, afirma.

O que será anunciado nesta semana, ministro? O pessoal chama de Mais Brasil. Mas eu chamo de pacto federativo. É uma reforma do Estado que se inicia. Temos de transformar o aparelho de Estado absolutista de Thomas Hobbes,

moldado para investir na infraestrutura material, através de estatais e bancos públicos, no Estado de Jean-Jacques Rousseau, que possa atender às legítimas aspirações sociais de uma democracia emergente, através da descentralização dos recursos para investimentos em capital humano: saúde e educação. É a transformação do Estado que deve ser moldado para melhor servir uma ordem democrática.

Mas exatamente quais são as medidas? O pacto federativo é a reforma do Estado em vários capítulos. Primeiro, cria o marco institucional de um novo regime fiscal. O país tem uma lei de responsabilidade fiscal que ninguém cumpre, então, queremos que os responsáveis pelos principais Poderes estejam em contato com essa realidade. A cada três meses, vão se reunir no Conselho Fiscal da República, com o presidente da República, os presidentes da

Câmara, do Senado, do TCU (Tribunal de Contas de União), do STF (Supremo Tribunal Federal), da associação de TCEs (Tribunais de Contas dos Estados).

Foram meses de discussões para chegarmos a esse modelo, porque o drama fiscal brasileiro se desenvolve em várias dimensões. Estão todos lá porque, por exemplo, um Supremo bem informado sobre a realidade financeira de União, estados e municípios decide melhor.

O que fará esse conselho? Vai avaliar a situação financeira dos entes federativos.

Qual seria o segundo capítulo? A redistribuição de recursos do dinheiro do pré-sal. Está dentro da PEC do pacto também. O terceiro capítulo é a PEC dos gatilhos, que também vai para o Senado e que estamos chamando de PEC emergencial, porque ela é para ser aplicada o quanto antes.

Na Câmara, o deputado Pedro Paulo [DEM-RJ], numa iniciativa muito meritória, entendeu, há algum tempo, que era preciso travar os gastos.

Mas a proposta dele cuida apenas da União. É preciso incluir estados e

municípios. Então, apoiamos a do Pedro Paulo na Câmara e vamos levar para o Senado uma PEC mais completa, com um número maior de gatilhos — a do Pedro Paulo tem uns seis; a nossa, uns dez —, que inclui União, estados e municípios. Assim, damos capacidade de gestão a governadores e prefeitos, e ao próprio presidente.

Lá na frente, as duas propostas conversam numa comissão mista.

A beleza é que damos duas ferramentas com essa PEC. A primeira, os gatilhos automáticos. Se estiver com risco de quebrar, trava a despesa. Não pode dar reajuste por dois anos, por exemplo. Mas tem mecanismos auxiliares para irrigar o estado ou o município em dificuldades. Pode ser oferecido um financiamento, uma antecipação da economia prevista no ajuste. É o Plano Mansueto.

Nos próximos anos, só vai ter problema quem quiser. Qualquer um vai poder apertar um botão que trava a despesa e chove receita. Em um ano ou dois, ele sai do buraco.

Quais seriam os outros capítulos? Quarto, reforma tributária, que vai para uma comissão mista — parte é PEC, parte não.

Quinto capítulo é a reforma administrativa, que vai como PEC também para Câmara. Sexto, privatizações.

Qual será a medida para privatizações? É o fast track. Já tem o entendimento no Supremo de que é possível privatizar, mas precisamos de um processo mais ágil para privatizar as empresas-mãe. Salim Mattar [secretário de Desestatização e Desinvestimento] está terminando uma lista que vamos incluir no projeto.

E quais seriam as mais importantes? Prefiro não falar.

Mas tem Eletrobras, por exemplo? Então, ainda não. O ministro Bento [Albuquerque, de Minas e Energia] quer mandar a privatização da Eletrobras num projeto separado. Ainda estamos vendo.

A Petrobras está na lista? O presidente pediu para não colocar, ainda.

Em algum, momento, então, entra na lista? Não agora. Num segundo mandato, o presidente vai considerar as grandes. Nós, da equipe econômica, queríamos tudo agora.

O sr. não falou em desvinculação do Orçamento. É mais um capítulo: desvinculação, desobrigação, desindexação. Descarimbar o dinheiro. Devolver os orçamentos públicos para a classe política. Hoje o Brasil é gerido por um software. Está tudo carimbado. Já está escrito quanto será gasto em educação, saúde, com salários.

Vão descarimbar saúde e educação?

Me avisaram que não tem como desindexar tudo. A esquerda vai atacar. Vão vir para cima. Nesse caso, eu tenho de ceder. Dinheiro de saúde e educação tem muita demanda. Eu já recebi pedido desesperado de governador por dinheiro para saúde ou para educação.

Bom, em vez de carimbar cada um, por que a gente não soma as duas e deixa o cara escolher como gastar? Eu respeito o desejo e mantenho a indexação, mas dou capacidade de gestão.

Vão somar as duas? Sim. Vamos supor que da receita sejam 25% para educação e 15% saúde. Passa a ser 40% para as duas, e assim abre margem para escolher onde gastar mais.

Também vamos reavaliar 281 fundos públicos. Alguns desses fundos foram feitos por um pirata privado, uma criatura do pântano político e um burocrata corrupto — um hoje mora em Miami, outro fugiu para Portugal e o terceiro morreu. O fundo, porém, está lá, com um dinheiro carimbado que ninguém pega. São R\$ 240 bilhões que a União tem e estão travados.

Por outro lado, tem uma dívida de R\$ 5 trilhões, que podia ser de R\$ 4,7 trilhões: era só fazer encontro de contas. Mas o dinheiro está pendurado lá, e o fluxo continua alimentando. Exemplo: Sergio Moro [ministro da Justiça e Segurança Pública] precisa de R\$ 500 milhões para a Força de Segurança Nacional. Não tem. Mas o fundo penitenciário tem R\$ 1,5 bilhão.

Vão acabar com eles para abater a dívida? Vamos analisar. A tendência é não mexer nos fundos constitucionais, mas deve ter uns 200 que são tiros para todos os lados. Além da dívida, eu gostaria de convergir para dois grandes fundos, um de infraestrutura, que chamo de fundo da reconstrução nacional, e outro fundo para a erradicação da pobreza.

A ideia veio do aprendizado legal

que estamos tendo. A [senadora] Kátia Abreu [PDT-TO] esteve lá outro dia para mostrar que há quatro fundos relacionados a infraestrutura que conversam. Se juntássemos, teríamos dinheiro para concluir toda a Calha Norte, obra que aumentaria a competitividade, reduziria o tempo de viagem até a China. Todos os fundos são poupança forçada. Dinheiro da população. Precisa ser devolvido a ela.

Ministro, não é possível fazer tudo ao mesmo tempo. Qual é o cronograma? Algo pode sair até o Natal? Vamos encaminhar tudo agora. Mas cada uma vai andar na sua velocidade. A análise dos fundos vai demandar um ano. A tributária, acho, vai demorar, tem mais contencioso. Já tem no Congresso o projeto do [deputado] Baleia Rossi [MDB-SP], na Câmara, e o do [ex-deputado Luiz Carlos] Haully no Senado.

A nossa reforma vai ser faseada. Vamos lançar agora o IVA dual. Unir PIS, Cofins, IPI e esperar o acoplamento dos estados e municípios.

Examinávamos o imposto sobre transações [que o mercado chama de nova CPMF], que permitiria que as outras alíquotas fossem mais

baixas. Mas, quando todo o mundo rejeitou, foi preciso recalibrar os outros impostos para cima. Inclusive a desoneração da folha, que eram favas contadas, está sendo aplicada limitadamente para jovens.

Como fica a reforma do Imposto de Renda? Muita coisa depende só de canetada da Receita, podíamos até fazer, mas não quero surpresas. Acho difícil sair para o ano que vem.

O anúncio das reformas foi adiado algumas vezes. O que houve? Vocês estão com a mentalidade do pacote. Não é isso que vai acontecer. Nós estamos fazendo algo muito diferente do que aconteceu na Previdência. Estamos fazendo uma agenda de trabalho. Não é o pacote. Temos várias frentes nessa nova etapa de reformas e já está tudo nas mãos deles para a avaliação final.

Nas mãos de quem? Do presidente Bolsonaro, de Rodrigo Maia [presidente da Câmara], Davi Alcolumbre [presidente do Senado], os líderes, como o Bezerra [Coelho, MDB-PE, líder do governo no Senado]. Tenho conversado com todos.

Vou explicar o que aconteceu. Houve um momento em que o Maia

achou que aprovaria a reforma da Previdência em segundo turno uma semana depois do primeiro turno. O Alcolumbre até ficou disposto a suspender as férias do Senado para colocar logo lá também. A ideia era, quando o povo voltasse de férias, que a gente apresentasse o pacto federativo. Mas veio a desarticulação política: os parlamentares começaram a pedir emendas —tudo republicano, mas travou e atrasou.

A partir daí, porém, houve uma mudança na articulação, se instalou uma vontade de construir, veio espaço político para conversar.

Hoje, presidente e Congresso são reformistas. As reformas que vêm aí foram processadas politicamente. Há uma avaliação conjunta: essa daqui é melhor ir pela Câmara, essa outra, pelo Senado. Essa aparente demora, na realidade, é um enorme ganho.

Nessas conversas, houve disposição em tirar a estabilidade dos servidores na reforma administrativa? Ela será tirada. Sim. Dos novos. Antes as pessoas falavam: precisa fazer reforma do setor público e mexer na estabilidade. Vinha bomba, tiro e porrada.

O Brasil nem acaba com estabilidade nem valoriza o servidor. Eles são detestados e temidos pela opinião pública. Ninguém abraça o funcionário público, porque ninguém os vê como servidores, vê como autoridades. Ele é o cara que, quando você vai tirar um documento, te trata mal. Eles precisam aprender que estão mal na opinião pública. Eles precisam mudar de atitude para serem valorizados. Saber que não estão ali para nos maltratar.

Ao mesmo tempo, estão sem autoestima. O que acontece? O cara entra e tem salário só 10% abaixo de quem está lá há 30 anos. Não se valoriza a senioridade. Todo o mundo está próximo do teto. O cara entra e em seis, sete anos está ganhando o teto.

Nós fizemos uma reforma profunda para a frente, para não brigar com o passado. Não vamos atingir direitos adquiridos, mas o cara que entrar daqui para a frente vai ter três anos de [estágio] probatório, depois sete anos de contrato.

Não efetiva no começo com estabilidade? Não. Por que vai efetivar com estabilidade tão rápido? Serão três anos de probatório. Passou? Parabéns. Mas pode ser demitido se for um mau servidor. Vai

tratar bem o público. Se tratar mal, tiver reclamação, não alcançar boa performance, vai ser demitido. Mas, se cumprir bem os dez anos, ok: você é um servidor público, serve à população, é exemplar. Você é servidor de Estado. Não é de governo. Vai ser assim com todo o mundo.

Vão rever carreiras também?

Vou te dar um exemplo. Assoprador de vidro. Existe essa carreira. Outra: datilógrafa. Está lá até hoje. Vamos remanejar as pessoas, mas esses cargos vão ser extintos. E daqui para a frente não tem mais concurso para assoprador de vidro. Vamos fazer um choque digital. Nos próximos cinco, seis anos, 40% do funcionalismo se aposenta. Apenas controlando essa variável —reduzir a taxa de gente que entra— já é possível fazer um choque de produtividade.

Temos exemplos chocantes. No INSS, saíram 5.000, 6.000 funcionários, e a produtividade aumentou brutalmente. Os caras saíram, mas está tudo digitalizado. Tinham 97 serviços que precisavam ser prestados presencialmente, inclusive a famigerada prova de vida. Você botava a cama de uma senhora num caminhão, do norte fluminense até o Rio Janeiro, para um lugar certificado para dar a prova de vida.

Olha a barbaridade. Temos impressão digital. A população brasileira é uma das mais digitalizadas do mundo. Terceiro ou quarto maior mercado digital. Resumindo: dos 97 serviços, 92 já são prestados digitalmente.

São fraternas e generosas as nações mais prósperas e eficientes. Se você não tem eficiência, o discurso da fraternidade é o discurso do socialismo bolivariano. Ninguém falou mais em solidariedade que a Venezuela. Estão fazendo essa quizumba toda com o Chile, e a Venezuela é que é melhor?

O Chile é um modelo citado como bem-sucedido por vários economistas, inclusive o sr., mas o que houve para a população ter aquela reação? Democracia é assim mesmo: barulhenta. Apesar de o país ter uma renda per capita quase duas vezes a do Brasil, ainda há insatisfação com a desigualdade. Eu pergunto: cadê a passeata na China? Como é uma passeata lá na Venezuela?

Alguns viram na reação chilena a falência do modelo neoliberal. Não acredito nisso. É tolice. Vamos comparar o neossocialismo do Maduro [Nicolás Maduro, presidente da Venezuela]

com o neoliberalismo do Piñera [Sebastián Piñera, presidente do Chile]. Vamos comparar renda per capita, indicadores de saúde, taxa de suicídio, violência de direitos. Faz a comparação que você quiser entre os dois modelos.

Isso é coisa de gente presa no passado. Uma nação próspera também é mais generosa. Os chilenos vão resolver os problemas deles bem antes da Venezuela. O problema deles é só garantir um salário mínimo na aposentadoria, porque pela capitalização já conseguiu 70%, 80% do mínimo. Agora é só conseguir os 20% que faltam. Sem a capitalização, não garantiam nada.

O sistema de capitalização também foi apontado como parte do problema. Tolice. O Chile cresceu por 30 anos porque tinha capitalização. Capitalização significa que, em vez de o teu dinheiro ir para a Jorgina [Jorgina de Freitas, que comandou esquema de corrupção no INSS] ou ser queimado [alusão à destruição pela inflação], ele é acumulado.

Nossa proposta era a de capitalização com garantia de salário mínimo. Renda mínima garantida. Os ricos acumulam. Por que os servidores gostam dos fundos de

capitalização? Porque capitalizam para eles. Por que a população não pode ter? Só quem está no Petros, Previ, Funcef [maiores fundos de pensão de servidores de estatais] pode ter? O pobrezinho não pode?

O sr. avalia rerepresentar a capitalização? Esquece. Já foi. Cada país faz suas escolhas. O problema do nosso governo está resolvido. Que pena que o Brasil ainda não escolhe algo melhor.

E a Carteira Verde e Amarela: vão ampliar ou ficará apenas com os jovens? Vai ficar com os jovens e vemos outras medidas. Mas ela foi desenhada para fazer parte de um novo regime trabalhista, baseado em capitalização. Rejeitaram, então não há o que fazer. Mas, com ele, você colocaria o Brasil para crescer, aumentaria taxa de poupança, educaria financeiramente famílias mais pobres. Um menino, desde cedo, sabe que ele é um ser de responsabilidade quando tem de poupar. Os ricos capitalizam seus recursos. Os pobres consomem tudo.

Mas ministro, uma pessoa na pobreza consegue guardar dinheiro? Ele já guarda e não sabe. O FGTS é um dinheiro que tiram dele e fica depositado.

A maioria dos pobres não tem emprego formal. Mas terão com mudanças que teremos pela frente. O que precisa ficar claro é que as coisas estão andando. Veja a questão da União Europeia. Estava parada. Aí, quando anunciamos, as pessoas falaram: o [ex-presidente Michel] Temer já estava fazendo. Esquece. Estava parado havia 20 anos.

O que ocorreu é que fizemos uma reforma importante. Fundimos o Ministério da Indústria e Comércio à Economia. Acabou o bate-cabeça. Tinha uma guerra entre a Fazenda que queria abrir [o mercado] e Indústria e Comércio que não deixava abrir. Na hora em que juntamos os dois, curiosamente, andou Mercosul e UE.

Há impasse em relação à Argentina neste momento? Qual será a posição do Brasil se alguns países do Mercosul preferirem uma abertura mais lenta? Existe um ritmo de abertura que precisa ser seguido. O Brasil quer entrar na OCDE. Precisa preencher uma série de requisitos. Tem uma fila de países lá tentando entrar. A Argentina está na frente. Mas nós estamos com a senha. E a abertura é parte importante desse processo.

Mas, se os demais integrantes

do bloco não quiserem seguir a mesma velocidade, o Brasil reavaliará a permanência no Mercosul? O Brasil tomou uma decisão. Nós estamos com a economia fechada há 40 anos e decidimos abrir. Nós sabemos o que queremos. E faremos o que nós queremos.

Teremos o leilão de cessão onerosa nos próximos dias. Algumas empresas que tinham se inscrito desistiram ou avaliam desistir. Como o sr. vê essa decisão, uma vez que o leilão é apresentado como um bom negócio? Para você ver. É algo a pensar. Estão aí há cinco anos vendo se vende ou não vende. De repente, coloca à venda e o cara diz “muito obrigado”. Por quê?

A partilha. A partilha é muito usada por petroleiras francesas na África. É o sistema em que você recupera mais rapidamente o investimento. Mas precisa manter relação com o governo. Negociar. Abre espaço para corrupção. Na concessão, não. Vendeu, acabou. Não obstante, seremos bem-sucedidos. Búzios é 70% do leilão. Vários grupos estão interessados.

[A entrevista ocorre em uma área aberta, num hotel em São Paulo. Um

senhor pede licença e diz: “Seu Paulo. Deixa eu cumprimentar o senhor. Sou seu fã. Continua assim que o Brasil vai ficar no rumo”. Aperta a mão de Guedes e sai]

Isso quer dizer alguma coisa, né? Estamos fazendo algo certo, né? E o presidente tem um papel importante nisso. É totalmente o contrário do que as pessoas dizem: “Nossa, meu Deus, o presidente xingou não sei quem. O mundo vai acabar”.

Mas ministro, isso não contamina a economia? Sabe o que eu acho? Essa falta de comunicação nos prejudicou muito. Mas não o presidente. O presidente nos blindou. Toda a mudança que vemos é porque a opinião pública botou um cara lá que disse que vai mudar o regime.

Ele tem ido a muitos embates: com o Mercosul, com o presidente da França... Como dizer que atrapalha se o saldo é vastamente positivo? Saiu [o acordo com a] União Europeia. Saiu cessão onerosa. Como vou dizer que é ruim?

As pessoas não estão avaliando o presidente pelos seus princípios. Ele é um cara genuíno. Reage como um ser humano normal. Se você não tiver de ser politicamente correto e

alguém te infernizar, você xinga. Ele xinga. A gente se habituou a se conter para ter um convívio sociável. Mas bateram tanto nele que ele falou ok, eu bato de volta.

Ele foi votado por 60 milhões de brasileiros que acham o seguinte: família é importante, o país é importante —querem um Brasil novo— Deus, segurança. Tem valores aí que ele representa. Então, ele tem de ser tratado com respeito. O que a mídia bate nele é um absurdo.

Em algum momento o presidente lhe cobrou crescimento? Não. Ele nunca hesitou no apoio, porque eu fui franco. O Brasil é uma baleia ferida. Aí, eu vejo esses falsos antagonistas: “Estão esquecendo a população, só pensam na economia, não olham o social”. Você acha que o que eu estou fazendo na economia vai ferrar com o social? É o contrário. Vamos salvar o social. Em uma economia melhor, as pessoas têm dignidade. Nós demos o 13º do Bolsa Família.

Foram 30 anos de centro-esquerda. Dá para esperar quatro aninhos de um liberal-democrata? Se não melhorar, troca, sem intolerância. Mas deu três meses e já começaram: cadê o crescimento? Vamos ser

razoáveis. Não é justo.

Ministro, se existe essa preocupação social, por que temos algo como a primeira queda na concessão de BPC, benefício que é para idosos carentes, desde a sua criação, em 1996? Não sei disso. Ninguém quer fazer algo assim. É estranho. Vou falar com o [secretário da Previdência, Rogério] Marinho agora [ele pega o celular e digita uma mensagem].

O governo é uma fábrica de desigualdades, fábrica de transferência perversa de renda. O BNDES dava dinheiro para os maiores empresários. O INSS dava os maiores benefícios para os salários mais altos.

Tem uma mensagem no que fazemos. O Brasil está numa transição incompleta. Tivemos sucesso na abertura política. Somos uma democracia vibrante, e esses choques que vemos são demonstrações do vigor dessa democracia. Os poderes estão interagindo. A imprensa está lá. É o quarto poder. Quando erra, leva coice. O ponto que acuso como falho é a transição incompleta para a economia de mercado.

Essa transformação da máquina pública —que servia a uma ordem politicamente fechada e agora precisa servir à população— busca a modernização. O cara ainda é autoridade, esqueceu que é servidor; o cara tem empréstimo para campeão nacional, quando deveria estar fazendo microcrédito; está dando subsídio e fazendo reserva de mercado, quando deveria oferecer competição; o cara sobe impostos, quando deveria cortá-los para se alinhar ao mundo.

Nos atrasamos nessa transformação. O resultado foi a estagnação econômica e a corrupção da democracia. Mas estamos alertas, vivos e corrigindo a rota.

RAIO-X
Paulo Guedes, 70
ministro da Economia

É mestre e doutor em economia pela Universidade de Chicago (EUA)

Nas décadas de 1980 e 1990, lecionou na FGV, na PUC-RJ e no Impa (Instituto de Matemática Pura Aplicada). Foi diretor e professor do Ibmecc

Fundador do Banco Pactual (1983), do Instituto Millenium (2005) e da BR Investimentos, que numa fusão com outras gestoras deu origem à Bozano Investimentos (2013). Integrou os conselhos da PDG Realty, Localiza e Anima Educação

Participou da elaboração do plano de governo de Guilherme Afif Domingos na campanha presidencial de 1989

O aumento de imposto de Bolsonaro

VINICIUS TORRES FREIRE

Talvez o presidente ainda não saiba, mas seus economistas planejam um aumento de imposto que não ousa dizer seu nome. Caso a coisa chegue ao Congresso e seja aprovada, vai implicar aumento de tributação sobre rendimento da poupança, cesta básica, remédios, rescisão trabalhista e muito mais.

Trata-se de um aumento de imposto que pode chegar a R\$ 27 bilhões, em uma conta de guardanapo (0,3% do PIB, quase um Bolsa Família anual). Implica atrito com muita gente, de montadoras a ruralistas.

Pelo que se depreende da conversa do governo, o pacote ainda não chegou a Jair Bolsonaro —ou assim não foi explicado ao presidente.

Oficialmente, a coisa se chama "redução do gasto tributário" por meio de "redução de incentivos fiscais".

Isto é, o governo deixa de

recolher parte do imposto que, pela regra geral, deveria ser cobrado sobre a renda de certos cidadãos, certas mercadorias e certos negócios. Ao cancelar parte desse incentivo fiscal, procura aumentar a arrecadação. Na prática, é aumento de imposto (ou imposto que volta a ser cobrado).

A ideia é reduzir em 10% o valor de cada incentivo fiscal. Nas contas da Receita Federal, neste ano o governo deixará de arrecadar R\$ 307 bilhões em impostos, graças a incentivos fiscais.

Gente do governo diz que não se vai mexer com as isenções da Zona Franca de Manaus, da Sudam, da Sudene e similares. Tudo isso dá R\$ 34 bilhões. Sobram então R\$ 273 bilhões; 10% disso dá uns R\$ 27 bilhões.

Mesmo que o corte linear de 10% nos incentivos fosse aprovado, o governo não deve arrecadar tudo isso.

Certas rendas e negócios desaparecem ou fogem quando o governo passa a cobrar imposto. Além do mais, os valores são apenas uma estimativa, não um dinheiro contado e certo.

Ainda assim, onde o bicho pega?

Nas isenções do Simples, o que vai pegar pequena e média empresa e profissionais remediados e ricos (isenção total de R\$ 87 bilhões prevista para 2019). Pega entidades filantrópicas ou sem fins lucrativos, que deixam de pagar uns R\$ 28 bilhões (tem de tudo aqui: hospital, escola etc.).

O rendimento da caderneta de poupança passaria a pagar imposto (isenção de R\$ 5,4 bilhões), assim como alimentos da cesta básica (isenção de uns R\$ 16 bilhões) e o rendimento da aposentadoria por doença grave (hanseníase, câncer, Aids etc., isenção de quase R\$ 14 bilhões).

Haveria mais tributo sobre

medicamentos (isenção de mais de R\$ 12 bilhões) e veículos (peças importadas e o programa de inovação, isenção de mais de R\$ 6 bilhões).

O desconto no Imposto de Renda da Pessoa Física por despesas de saúde e educação seria reduzido (a isenção total é de uns R\$ 20 bilhões).

O governo teria atritos com uma das suas principais bases de apoio, os ruralistas. O setor teria de pagar mais Funrural e contribuição social sobre exportações, tema de conflito recente (tudo somado, quase R\$ 11 bilhões de isenções).

A lista da Receita tem 135 itens, incluindo ainda planos de saúde empresariais, ProUni e a desoneração da folha de salários, entre rubricas de maior impacto social.

Essas isenções fazem sentido? Sabe-se lá. Esse é o problema.

O sistema tributário é um emaranhado ineficiente e criador de privilégios em parte também devido a esse monte indiscriminado e nunca avaliado de incentivos fiscais, que precisam ser revistos.

De resto, o governo está quebrado, precisa de dinheiro. O problema é que, tenha que nome for, aumento de imposto dá rolo.

Provas deprimem e atormentam a Geração Z

Para a maioria dos jovens, tirar boas notas é uma preocupação maior do que bebida ou gravidez não planejada

TRADUÇÃO DE RENATO
PRELORENTZOU

Tchau, millennials. Os jovens agora pertencem à “Geração Z”, um grupo que os demógrafos geralmente definem como formado pelas pessoas nascidas desde 1997. Os pesquisadores fizeram de tudo para entender as atitudes e experiências das pessoas nascidas na década de 1980 e início da década de 1990 (ou seja, Geração do Milênio ou Geração Y), que são mais instruídas e mais pobres do que seus pais. Mas coletaram muito menos dados sobre pessoas que mal conseguem se lembrar de um mundo sem redes sociais ou smartphones. Nos Estados Unidos, essa geração agora representa cerca de ¼ da população.

Até agora, a maioria das pesquisas sobre a Geração Z sugere que são menos hedonistas, mais comportados e mais solitários que nunca. Um relatório recente do think tank Pew Research Center reforça essa descoberta e lança mais luz sobre as esperanças e medos dessa nova geração. No final de 2018, o Pew entrevistou 920 americanos entre 13 e 17 anos sobre os

problemas que eles mais veem entre seus amigos e colegas. Os dados mostram que eles estão muito menos preocupados com problemas da adolescência, como gravidez não planejada e consumo excessivo de álcool, do que com saúde mental. Setenta por cento dos entrevistados disseram que ansiedade e depressão são uma questão importante entre seus pares. Adolescentes de famílias mais pobres tenderam a relatar uma gama mais ampla de problemas comportamentais do que os de famílias ricas, mas as preocupações com a saúde mental parecem afetar os dois grupos igualmente.

O que está causando tanto estresse e desânimo entre os jovens? Uma resposta possível é que as mídias sociais fazem os adolescentes se sentirem mais isolados de seus amigos e mais atormentados por seus colegas. Mais da metade dos entrevistados pelo Pew citou o bullying como um grande problema. Outro motivo talvez sejam as preocupações acadêmicas. Os membros da Geração Z, ainda mais do que os millennials, parecem ter menos vontade de curtir e mais de obter as melhores notas. Dois terços dos entrevistados da pesquisa do Pew disseram que não sentem nenhuma pressão para ficarem bêbados, enquanto nove em cada dez se sentem estressados quando o assunto é desempenho escolar.

Uma explicação final pode ser que pessoas de todas as idades estão mais ansiosas e deprimidas (ou, pelo menos, mais dispostas a falar sobre isso). Pesquisas com estudantes universitários americanos mostram que a proporção que relata tendências depressivas tem aumentado desde a década de 1950. Hoje, quase 1/5 dos adultos do país vive com uma condição de saúde mental, de acordo com o Instituto Nacional de Saúde Mental.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que os transtornos de depressão e ansiedade custem à economia global cerca de US\$ 1 trilhão por ano. E considera que investir mais em tratamento psiquiátrico ajudaria a aliviar parte desse fardo, uma vez que, segundo seus cálculos, cada dólar gasto pelo governo em tratamento proporciona um retorno de US\$ 4 com melhoria da saúde e da produtividade. Os Estados Unidos certamente poderiam destinar mais do que os atuais 0,05% de seu orçamento de saúde a esses cuidados. Talvez animasse os adolescentes deprimidos. Mas dificilmente os ajudaria com a lição de casa.

© 2019 THE ECONOMIST
NEWSPAPER LIMITED.
DIREITOS RESERVADOS.
PUBLICADO SOB LICENÇA.

Enem começa hoje, com Linguagens, Redação e Humanas

Primeira aplicação na gestão Bolsonaro causa expectativa entre cursinhos e candidatos

Isabela Palhares

O primeiro dia de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ocorre hoje, com 90 questões de Linguagens e Ciências Humanas, além da Redação. Quase 5,1 milhões de candidatos se inscreveram para fazer a prova, principal meio de ingresso para universidades públicas e privadas no País.

Por ser o primeiro Enem da gestão Jair Bolsonaro, que tem criticado o conteúdo da prova nos últimos anos, há expectativa de cursinhos preparatórios, professores e candidatos sobre possíveis mudanças no estilo das questões. Já o governo promete um exame “neutro”.

A prova vai ser aplicada em mais de 1,7 mil municípios em 10,1 mil locais de prova. Os portões serão abertos ao meio-dia e serão fechados pontualmente às 13 horas,

horário de Brasília. O exame terá início às 13h30 e se encerrará às 19 horas.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do Ministério da Educação (MEC) responsável pela elaboração e aplicação da prova, sugere que os candidatos não esqueçam que o cartão de respostas só poderá ser respondido com caneta de cor preta e fabricada com material transparente; além disso, o estudante deve apresentar documento oficial de identificação.

Durante a aplicação da prova, não é permitido o uso de borrachas, corretivos, lápis, lapiseira, livros, manuais, óculos escuros, boné, dispositivos eletrônicos, entre outros itens.

Para o próximo domingo, dia 10, estão marcadas as provas de Exatas e Ciências da Natureza. A publicação dos gabaritos está prevista para o dia 13 e o MEC só deverá liberar as notas em janeiro.

Trânsito. Em São Paulo, os candidatos devem sair com

antecedência de casa e é importante ficar atento a alterações no trânsito por causa da prova. A Avenida Paulista, que integra o Programa Ruas Abertas, terá tráfego livre na manhã de domingo. A Paulista, assim como a Avenida Sumaré e a Rua Medeiros de Albuquerque, em Pirituba, serão fechadas para veículos somente a partir das 13 horas.

A CPTM vai operar com intervalos reduzidos em seis linhas e os trens vão circular com intervalos médios de 12 minutos, das 8 às 14 horas. Na extensão da Linha 7-Rubi, entre Francisco Morato e Jundiáí, o intervalo será de 14 minutos e na Linha 13Jade será mantido em 30 minutos. Para evitar atrasos, a CPTM recomenda ao passageiro programar a viagem com antecedência. No Metrô, a frota em circulação na Linha 1- Azul contará com mais quatro trens. Na Linha 3- Vermelha, serão mais dois trens em relação a um domingo típico.

Também a SPTrans vai reforçar a frota em 72 linhas, com mais 259 veículos.

Enem: avanços necessários

Hoje ocorre mais uma edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Mais de 5 milhões de estudantes se inscreveram para a prova. Eles se encontram nos quatro cantos do Brasil — de norte a sul, de leste a oeste, de metrópoles ou urbes distantes às quais só se chega com a associação de diferentes tipos de transporte: aéreo, terrestre e fluvial.

Criado em 1998, tinha objetivo claro — avaliar a qualidade do ensino ministrado na fase intermediária entre o fundamental e o superior. O resultado serviria para corrigir rumos. Falhas eventualmente existentes seriam reparadas e, com isso, se alcançaria nível de excelência cada vez mais elevado.

O salto se impunha para que o antigo colegial deixasse de funcionar como ponte a ligar o fim de um ciclo ao começo de outro. Aos poucos, porém, o Enem mudou de papel. Em vez de avaliar o ensino médio, passou a substituir o vestibular, teste duramente criticado porque, focado no conteúdo, estimulava a decoreba em vez da versatilidade do conhecimento.

Em outras palavras: levava vantagem não quem desenvolvera a habilidade em diferentes competências, mas quem tinha memória privilegiada. A troca foi um passo adiante. Outros vieram. Entre eles, dividir as provas em dois fins de semana. O intervalo maior possibilita a recuperação de forças, o necessário relaxamento e o desempenho mais justo.

Mais avanços se impõem. Um deles: a extensão das provas. Cinco horas e meia no primeiro domingo e cinco horas, no segundo, exigem preparo físico digno de maratonista. Muitos ficam no caminho vencidos pelo cansaço, não pela incapacidade de fazer frente aos desafios aprendidos nas salas de aula. Exaustos, desistem. Com isso, perdem-se talentos por que o país tanto anseia.

Outro: a clareza dos enunciados. Não raro, depois da leitura de longo texto, o candidato precisa atender a uma ordem incompreensível. Na tentativa de inferir o que lhe pedem, perde tempo sem chegar a lugar nenhum. Serão necessários tantos e tão extensos textos —nem sempre com boa redação — para formular uma ou duas questões? É pergunta que se fazem professores, estudantes e demais interessados no assunto.

O Ministério da Educação anunciou mudança substantiva para o ano que vem. Em 2020, começará a aplicação do Enem digital. Será feita por etapas. Começará com 10% dos estudantes. Até 2026, atingirá a totalidade da clientela. Trata-se de passo inevitável. Além de contemporâneo, exigirá logística mais simples e menos onerosa.

É importante aproveitar a guinada não só para passar do papel à tela. Repetir o mais do mesmo é frustrar expectativas já esgarçadas por sucessivos fracassos. Espera-se um salto de qualidade. Exame mais racional e cobranças claras devem dialogar com as competências do século 21.

ENEM »

Um bip pode te tirar da prova

Alunos especiais da rede pública do DF revisaram o conteúdo que será cobrado no Exame Nacional do Ensino Médio

Sons emitidos por aparelhos eletrônicos excluirão automaticamente o participante, inclusive alarmes de celulares e relógios. Hoje, no primeiro dia do exame, candidatos farão avaliações de linguagens, ciências humanas e redação

» Darcianne Diogo*
» Emily Behnke

O primeiro dia de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) chegou e, para não correr o risco de ser eliminado do certame, todos os equipamentos eletrônicos dos candidatos devem estar desligados durante a aplicação das avaliações. Qualquer som emitido pelos aparelhos eliminará

automaticamente o candidato. Alarmes de relógios e celulares entram nessa regra.

Antes de entrar na sala, cada estudante receberá um envelope porta-objetos, que será lacrado, para guardar os objetos pessoais. O envelope deve ficar guardado embaixo da carteira, com os eletrônicos desligados.

Hoje, os alunos farão a avaliação de linguagens, ciências humanas e a redação. Ao todo, 5,1 milhões de pessoas se inscreveram para o Enem. Para fazer a prova, o candidato precisa ter em mãos documento oficial de identificação, válido e com foto; e caneta esferográfica preta, fabricada em material transparente (confira os itens

obrigatórios e proibidos).

O Inep também aconselha que candidatos levem o cartão de confirmação e a declaração de comparecimento impressa, caso o participante precise do documento. É proibido levar materiais de papelaria, como borrachas, lápis e corretivo. O participante também não pode usar dispositivos eletrônicos, artigos de chapelaria e óculos escuros.

É indicado que os candidatos cheguem com uma hora de antecedência do início da prova. Os portões abrem às 12h e fecham às 13h (após esse horário, nenhum candidato poderá entrar no local). A aplicação do exame começa às 13h30 e vai até 19h.

Cartão de confirmação

Até a última sexta-feira, 14% dos inscritos não haviam acessado o cartão de confirmação de inscrição, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Entretanto, neste ano, mais de 4,3 milhões participantes consultaram o local onde farão o exame. O número representa 86%, o maior percentual de acessos desde 2016.

O cartão de confirmação da inscrição traz detalhes da instituição, endereço, opção de língua estrangeira e sala onde os alunos farão

as provas. O documento pode ser acessado tanto na página do participante, pelo site do Enem, quanto pelo aplicativo do exame. No cartão consta ainda nome, CPF e número de inscrição, bem como detalhamento sobre o atendimento especializado ou específico, caso tenha sido solicitado e homologado.

Alimentação

Em entrevista na live nas redes sociais do Correio, na última sexta-feira, a nutricionista Talyta Machado deu dicas para quem fará o exame. Para controlar a ansiedade, ela indicou comidas que contenham triptofano, um nutriente fundamental para a produção da serotonina, substância que regula humor e apetite.

“Existem alimentos que auxiliam a reduzir a ansiedade porque eles têm compostos que são precursores de hormônios que dão prazer, alegria e vão ajudar a diminuir a ansiedade”, contou. Os alimentos recomendados pela nutricionista são: leite, aveia, banana, chocolate com mais de 50% de cacau e canela. Talyta aconselhou ainda que os estudantes evitem comer fast-food.

Transporte

Para evitar atrasos, é importante que os candidatos se programem quanto ao meio de transporte mais adequado para chegar ao local da prova. Segundo a Secretaria de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal (Semob), os ônibus circularão em esquema especial com frota reforçada nos dois dias de prova — hoje e 10 de novembro. O metrô do DF terá o horário estendido e funcionará das 7h às 20h, também nas duas datas.

Uma outra dica para o dia é usar roupas leves, pois a temperatura pode chegar a 34°C, de acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). Para hoje, a previsão é de céu parcialmente nublado, com névoa seca, mas sem chuva. A umidade relativa do ar ficará entre 20% e 85%.

*Estagiária sob a supervisão de Guilherme Marinho

5,1 milhões
de pessoas se inscreveram para fazer o Enem

4,3 milhões
consultaram o local onde farão o exame, até ontem

ENSINO SUPERIOR »

Quer fazer faculdade no exterior?

Apesar de parecer um sonho distante, há diversas universidades que oferecem bolsas para estudantes brasileiros. Além disso, os candidatos podem contar com o apoio de empresas ou organizações que auxiliam no processo de admissão. Confira oportunidades de estudo e dicas de especialistas para obter sucesso na busca por uma vaga no exterior

Isadora Martins*

Fazer uma graduação fora do país é o sonho de muitos brasileiros. No entanto, o elevado custo de estudar e viver no exterior desencorajam vários interessados e tornam a faculdade internacional um sonho distante. Para se ter uma ideia, anuidade, taxas, moradia e alimentação na Universidade Harvard, uma das instituições de ensino mais prestigiadas do mundo, é de US\$ 67.580 (aproximadamente R\$ 271.576). Isso não inclui gastos com transporte, despesas pessoais e livros escolares. A boa notícia é que diversas universidades internacionais ofertam bolsas parciais ou integrais de estudo para alunos estrangeiros.

Há ainda casos de instituições que oferecem auxílio para ajudar com o custo de vida no país. Apesar de reunir as universidades mais caras do mundo, os Estados Unidos são

também o país mais generoso em termos de bolsas. De acordo com a Fulbright Commission, há mais de 600 universidades norte-americanas que oferecem auxílios maiores do que US\$ 20 mil (aproximadamente R\$ 80 mil) para alunos internacionais. Entre elas, 250 ofertam bolsas integrais. Isso torna o país um dos destinos mais procurados pelos brasileiros para fazer graduação. Outros lugares que estão na lista dos favoritos são Canadá, Inglaterra, Holanda, Nova Zelândia, Austrália, Inglaterra, Holanda e Portugal.

Acompanhamento durante a aplicação

Há diversas empresas que oferecem acompanhamento ao interessados em se candidatar para universidades do exterior. Há também instituições que disponibilizam esse serviço gratuitamente. É o caso da Fundação Estudar, por meio do programa Prep Estudar Fora. “Por meio de cursos de aproximadamente um ano, a gente acompanha esses jovens para que eles possam completar a candidatura, que é um pouco complicada”, explica a coordenadora do Prep Estudar Fora, Juliana Kagami. “Os benefícios incluem preparação com especialistas da Fundação Estudar; auxílio de um mentor individual — uma pessoa já aprovada em uma universidade de prestígio lá fora; aulas de preparação para os testes e

apoio de uma rede de alunos que também estão se candidatando para instituições internacionais”, acrescenta. Ela explica, ainda, que os jovens que necessitam de auxílio financeiro podem receber bolsa para custear tanto o processo seletivo, que não é barato, quanto a faculdade.

Anote!

Inscrições para participar do Prep Estudar Fora até 16 de dezembro pelo link: materiais.estudarfora.org.br/prep

Pré-requisitos:

- » Estar no penúltimo ou último ano do ensino médio em 2019;
- » Estar se preparando para enviar a candidatura no ciclo de 2020-2021;
- » Apresentar alto desempenho acadêmico ao longo do ensino médio;
- » Apresentar histórico relevante de participação em atividades extracurriculares;
- » Ter excelente domínio do inglês.

Passo a passo

A gerente da consultoria educacional Crimson Education no Brasil, Laila Parada Worby, dá algumas dicas para estudantes do ensino médio que sonham em fazer a graduação em uma universidade estrangeira

Preparatório

A Associação de Estudantes Brasileiros no Exterior (Brasa, em inglês) oferece apoio a jovens que desejam se formar em uma universidade internacional. Por meio do programa Brasa Pré, os candidatos recebem mentoria de estudantes que já passaram no processo de candidatura de instituições de ensino superior prestigiadas internacionalmente. O processo seletivo para participar do programa é feito no início do ano e inclui redação e entrevista. Mais de 400 alunos já passaram pelo Brasa Pré e 85% foram aceitos nas melhores faculdades dos Estados Unidos, muitos com bolsa.

Atenção às notas

As instituições de ensino superior estrangeiras costumam analisar as médias acadêmicas dos candidatos desde o 9º ano até a 3ª série do ensino médio. Por isso, é importante garantir boas notas no boletim. “Para o vestibular brasileiro, as notas que você tirou no ensino médio não importam tanto. O aluno que deseja fazer uma graduação no exterior, no

entanto, precisa focar o desempenho acadêmico na escola”, afirma Laila. “Se o processo seletivo incluir algum tipo de prova, também é importante começar a se preparar desde cedo”, completa. Ela recomenda que os candidatos procurem questões antigas do mesmo processo seletivo como forma de treino.

Pratique atividades extracurriculares

As atividades que os estudantes desenvolvem fora da sala de aula também contam muito na hora de aplicar para uma universidade internacional. Valem trabalhos voluntários, olimpíadas, simulações da ONU, esportes, gincanas culturais... O importante é investir em atividades que ajudem na formação e desenvolvimento pessoal. “Isso é fundamental, sobretudo, para as universidades norte-americanas, mas também pode ser relevante para países como Inglaterra e Canadá”, explica a gerente da Crimson Education no Brasil. “As universidades querem ver se o aluno tem histórico de liderança e engajamento.” Quanto antes o estudante puder investir nessas

atividades, melhor. “Um aluno que se interessa por física, por exemplo, e faz a primeira olimpíada no terceiro ano do ensino médio dificilmente vai conseguir algum destaque”, afirma Laila. “Começar com essas atividades desde cedo ajuda o candidato a ter conquistas cada vez maiores quando chegar ao fim do ensino médio.”

Invista em língua estrangeira

Para estudar em uma universidade do exterior, não basta saber “se virar” com o idioma local. Além de o processo seletivo incluir, em geral, provas e redações na língua estrangeira, as instituições costumam exigir certificado de proficiência. “O aluno precisa focar bastante o idioma que vai falar durante a faculdade. Às vezes, as pessoas até se esquecem da importância do inglês como um critério de processo seletivo”, explica, em referência às universidades estadunidenses. “É exigido um nível de inglês avançado, que vai permitir ao aluno se expressar em sala de aula, falar com o professor, fazer trabalhos e leituras e, inclusive, socializar com os colegas.”

Quanto custa estudar fora?

Confira o custo médio da graduação nos destinos mais procurados por brasileiros a partir de dados apurados pela consultoria educacional Crimson Education

CANADÁ

Entre 1.800 dólares canadenses (aproximadamente **R\$ 5.487,84**) e 20 mil dólares canadenses (aproximadamente **R\$ 60.976** por ano), sem contar o custo de vida

ESTADOS UNIDOS

Preço médio de uma universidade pública (D2B-181): **US\$ 21.620 por ano (aproximadamente R\$ 86.905,322)**, sem contar o custo de vida
Preço médio de uma universidade particular (D2B-191): **US\$ 35.676 por ano (aproximadamente R\$ 143.346,168)**, sem contar o custo de vida

INGLATERRA

Entre 10 mil (aproximadamente **R\$ 51.700**) e 38 mil libras (aproximadamente **R\$ 196.490,40**) por ano para alunos internacionais, sem contar o custo de vida

HOLANDA

Entre 6 mil euros (aproximadamente **R\$ 26.810,40**) e 19 mil euros (aproximadamente **R\$ 67.026**) por ano para alunos internacionais

PORTUGAL

Valores entre 1,5 mil euros (aproximadamente **R\$ 6.702,60**) — taxa internacional da Universidade do Porto com desconto para alunos de países lusófonos — e 7 mil euros (aproximadamente **R\$ 31.276,0**), sem contar o custo de vida

NOVA ZELÂNDIA

Entre 22 mil dólares neozelandeses (aproximadamente **R\$ 56.265**) e 32 mil dólares neozelandeses (aproximadamente **R\$ 81.840**), sem contar o custo de vida

E depois da graduação?

Laila Parada Worby, gerente da Crimson Education no Brasil

Os jovens que decidem retornar ao Brasil depois do ensino superior têm vantagens na hora de competir no mercado de trabalho. “Geralmente, ter uma formação no exterior chama a atenção das empresas”, explica Juliana Kagami, coordenadora do Prep Estudar Fora. “Isso vai depender do estabelecimento e da ocupação que ele está procurando, mas, em geral, pode receber um salário um pouquinho mais alto ou algum outro tipo de reconhecimento”, acrescenta. A Fundação Estudar aconselha àqueles que fizeram a graduação em instituições internacionais retornar ao Brasil para aplicar os conhecimentos aqui.

De acordo com Laila Parada Worby, gerente da Crimson Education, os alunos que cursam o ensino superior lá fora estão mais capacitados em termos de conhecimentos interculturais, que incluem a capacidade de socializar com pessoas de diferentes culturas.

“Os jovens que estudam nessas universidades, altamente internacionalizados, entram no mercado de trabalho com essa soft skill importantíssima.”

Por outro lado, as oportunidades de trabalho para os estudantes que decidem continuar no exterior dependem do país e da área de atuação. “Um dos locais onde a gente vê boas políticas nesse sentido é o Canadá. Lá, o aluno que fizer uma graduação consegue ficar por até dois anos trabalhando e, depois, pode entrar com um pedido de residência permanente”, explica Laila. Nos Estados Unidos, os estudantes têm a oportunidade de passar entre um e três anos trabalhando na área da graduação depois da formatura.

“O aluno que se graduar em uma instituição estadunidense, automaticamente, pode residir e trabalhar legalmente nos Estados Unidos por um ano. Depois, ele teria de entrar em um processo de visto de trabalho”, afirma. “Se o aluno fez um curso na área de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, ele consegue estender esse período para até três anos”, acrescenta. A gerente da Crimson Education explica, ainda, que os cargos na área de tecnologia, normalmente, são os que mais empregam.

Oportunidades

Estude na Nova Zelândia

A Massey University, da Nova Zelândia, aceita inscrições até 1º de dezembro. Interessados em fazer cursos como jornalismo, sociologia, design, produção musical, produção de mídias e outros podem concorrer a benefícios de graduação e pós. Para concorrer, os estudantes devem ser aprovados no processo seletivo da universidade e comprovar mérito acadêmico. Os auxílios cobrem cerca de 10 mil dólares neozelandeses em pós-graduações e 20 mil em graduação. Inscrições: bit.ly/2IYC0ux.

Curso de curta duração nos EUA

A California State University em Northridge, nos EUA, em parceria com a escola de negócios IBS Americas, oferece bolsas de estudo para cursos de curta duração entre janeiro e julho. Todos os programas têm duração de três semanas e são destinados a alunos de graduação e profissionais graduados com interesse nas áreas de marketing, comunicação, administração e marketing digital. A bolsa é de 50%. O investimento é de US\$ 3.240 e pode ser parcelado em até 16 vezes. Será oferecido um módulo de business english. As inscrições podem ser feitas até 31 de dezembro no link bit.ly/30SYNhA.

Aceitando a nota do Enem

Há pouco tempo, a New York University começou a aceitar a nota do Enem para as candidaturas de estudantes brasileiros. Neste caso, a nota do Enem substituirá as provas padronizadas (SAT ou ACT). Como a NYU tem um amplo programa para o ingresso de estudantes vindos de diversas partes do mundo, eles criaram a Test Flex Policy, que permite aceitar exames de outras nacionalidades. Os brasileiros agradecem a iniciativa. Acesse: nyu.edu/admissions/undergraduate-admissions/how-to-apply/international-applicants.html para saber como se candidatar para a NYU.

Bolsas e prazos:

» Nos meses de agosto a novembro, fundações e universidades começam a oferecer bolsa de graduação, mestrados e pós-graduação em geral. A dica é inscrever-se em sites que divulgam essas ofertas. No site da Fundação Estudar (estudarfora.org.br), você poderá encontrar as principais ofertas de bolsas parciais e integrais em diferentes países. Leia tudo com atenção, avalie que oportunidades se enquadram no seu perfil e boa sorte.

A minha experiência lá fora

Confira vivências de estudantes que estão ou já voltaram do exterior e também de quem está se preparando para seleções que podem garantir uma vaga numa instituição estrangeira

Sonho realizado

Aos 16 anos, Pedro Luís Cunha Farias passou em Harvard para matemática aplicada à economia, com um curso secundário em ciência da computação e um terciário em alemão. Ele recebeu uma bolsa da Fundação Estudar para ajudar na graduação. O brasiliense cursou o ensino médio na escola americana e conta que, desde os 12 ou 13 anos, já sonhava em estudar na instituição de ensino reconhecida mundialmente. Pedro tirava boas

notas na escola, mas afirma que nunca foi “nerd” — ele costumava prestar muita atenção às aulas para que não precisasse estudar tanto em casa. “Nunca fui desses alunos que gostam de estudar. O que eu fazia e que dava certo para mim era focar durante as aulas. É óbvio que isso varia de pessoa para pessoa”, relata ele, que tem 20 anos

Para além das notas, Pedro investiu nas atividades extracurriculares durante o ensino médio. Praticava vôlei e piano, atuava em projetos sociais e era um participante assíduo de simulações da ONU. Inclusive, ele foi o responsável pela criação do BSBMUN, a conferência de simulação das Nações Unidas organizada anualmente pela Escola Americana de Brasília. “Como os estudantes moram no câmpus de Harvard por cerca de quatro anos, a universidade quer pessoas que, além de tirar notas boas, contribuam com a comunidade”, diz. “Então, eles escolhem candidatos que não vivem somente de livros, mas que tenham desenvolvido liderança e dedicação à coletividade.”

Atualmente, Pedro é presidente da Harvard International Relations Council, uma organização que promove a educação em relações internacionais. Entre outros serviços, a ONG organiza conferências de

simulação da ONU em países como China e Dubai e oferece aulas para alunos do ensino fundamental nas regiões mais pobres de Boston. A sugestão dele para quem sonha em cursar a graduação no exterior é, primeiramente, entender o porquê. “Os sistemas educacionais são diferentes e eu acho que nem sempre estudar fora é a melhor opção”, opina. Ele explica que, no caso dos Estados Unidos, a formação permite que o estudante tenha contato com outras áreas do conhecimento além da escolhida.

“No Brasil, você é aprovado em determinado curso, faz as aulas da sua grade e é isso. Você se forma muito bem na área, talvez até melhor do que uma pessoa que faça a mesma graduação nos Estados Unidos, no sentido de que você é mais expert naquele assunto”, explica. Segundo Pedro, entretanto, os estudantes de universidade brasileiras não têm tanta exposição a áreas acadêmicas diferentes da que ele escolheu, como ocorre nas instituições estadunidenses. Além disso, de acordo com o estudante, quando o candidato entende por que quer estudar fora, ele pode traçar metas mais tangíveis para alcançar esse objetivo.

A outra dica do presidente da Harvard International Relations Council é pesquisar sobre oportunidades em diferentes

instituições. “Eu queria muito Harvard, mas apliquei para 15 universidades, porque eu sabia que a probabilidade de passar lá era muito pequena”, conta. “Grande parte da experiência de estudar fora independe da universidade”, completa. Ele escreveu um livro junto a uma consultora educacional intitulado *O guia completo para graduação nos Estados Unidos: tudo que você quer ou precisa saber para estudar na terra do Tio Sam*. A obra mostra o passo a passo do processo de aplicação para universidades norte-americanas e dá dicas de como se destacar na seleção.

É importante buscar ajuda

Henrique Brito Leão, 20, escolheu como destino a Itália. Ele está no quinto semestre de economia e finanças na Bocconi University, em Milão, onde recebeu uma bolsa integral. O desejo de fazer a graduação fora surgiu no 9º ano. “Foi algo bem informal no início, mas tomou forma com o tempo”, diz. O estudante cursou o ensino médio em uma escola particular de Belo Horizonte e conta que sempre tirou notas boas. No último ano, no entanto, ele sentiu dificuldades para coordenar a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a aplicação para universidades estrangeiras e o estudo para as provas. “Estudava regularmente para as avaliações do colégio, que ocorriam mais ou menos de 15 em 15 dias, e usava o tempo livre para preparar as cartas de motivação, cartas de recomendação e a documentação necessária”,

relata.

Na escola, Henrique também investiu nas atividades extracurriculares. Praticava Krav Magá e fazia aulas de inglês para se preparar para o Toefl (exame de proficiência), além de ter ajudado a organizar uma simulação das Nações Unidas. A principal sugestão dele para jovens que sonham em estudar fora é buscar ajuda. “O processo de aplicar para uma universidade estrangeira é muito diferente e bem mais complexo. Por isso, acaba que nem nossos pais conseguem nos ajudar tanto para além do apoio emocional”, opina. “Existem programas de mentoria gratuitos oferecidos por entidades como a Brasa ou a Fundação Estudar. Além disso, existem grupos no Facebook, como o BSCUE, em que várias dúvidas são sanadas”, sugere.

Mentoria antes de ir

Daniel Snyers, 21, concorreu a vagas em mais de 20 faculdades no exterior e passou para 15, sendo cinco com bolsa. Ele escolheu a Northeastern University, em Boston, onde cursa dupla-titulação de graduação e mestrado em engenharia de produção com auxílio integral. O estudante recebeu mentoria por meio do programa Brasa Pré e atualmente ajuda, pela mesma iniciativa, jovens que desejam cursar a graduação no exterior. Daniel conta que sempre sonhou em estudar fora e começou o processo de aplicação na segunda série do ensino médio, na escola onde estudava, em São Paulo. “Teve um mentor da Brasa (Associação de Estudantes Brasileiros no Exterior) que me guiou durante todas as etapas. Ele me ajudou a escrever as redações (escrevi exatamente 47) e me deu o suporte necessário”, relata.

Durante a graduação, Daniel passou uma temporada no Brasil, onde fez estágio em consultoria

estratégica na Bain & Company. “É bem difícil entrar nessa empresa, eles valorizaram muito o fato de eu ter estudado fora.” Ele também estagiou na equipe de produção da Apple, no Vale do Silício, e conta que gostou muito da experiência. “Nunca sonhei que teria a oportunidade de trabalhar na Apple. Foi incrível”, comemora. Daniel ainda está incerto em relação ao que fará depois da formatura, mas, eventualmente, pretende voltar ao Brasil para aplicar aqui o que aprendeu nos Estados Unidos. “Esse é um dos objetivos do Brasa”, diz.

“Em geral, é muito fácil pensar que (passar em uma universidade internacional) é impossível. Realmente, as ‘top 10’ faculdades dos Estados Unidos aceitam poucos estudantes estrangeiros por ano, mas há milhares de outras que querem muito ter brasileiros”, afirma Daniel. “É possível passar com muito esforço, determinação, organização, planejamento e tempo.”

Paixão pelos estudos

Nascido no interior de São Paulo, Matheus Tomoto, 29, fez os ensinos fundamental e médio em escola pública. Ele conta que o ensino era “bem ruim” — não teve aulas básicas como história e geografia em alguns períodos. “O interessante é que, naquela época, eu achava que aquilo era o melhor de tudo, porque eu não sabia que existiam outras oportunidades”, relata. “Eu nunca fui um bom aluno, até porque não tive incentivo. Era aluno de notas seis ou sete”, acrescenta.

“Quando, aos 16 anos, eu percebi que a escola não estava me dando o suporte de que precisava, tentei estudar por conta própria, foi aí que tudo começou a se encaminhar na minha vida.” Aos 18 anos, Matheus recebeu uma bolsa integral para cursar engenharia mecânica em uma faculdade de Sorocaba. Aos 22, conseguiu outro

auxílio para terminar a graduação na Universidade Purdue, em Indiana, nos Estados Unidos. Ele afirma que o maior desafio foi aprender inglês. “Como tive uma origem muito simples, nunca tinha tido acesso a esse idioma”, conta. O pesquisador aprendeu a língua estrangeira sozinho em três meses. “No Brasil, eu me sentia muito desqualificado. Com 22 anos, nunca tinha conseguido um estágio na minha área”, diz.

“Em seis meses nos Estados Unidos, recebi propostas para fazer pesquisas em faculdades muito boas, como MIT e Yale”, completa. “Também recebi ofertas em empresas como Amazon.” De acordo com Matheus, que fez PhD em Harvard e, atualmente, é mentor de jovens que desejam estudar no exterior, os sistemas de seleção no Brasil são muito “quadrados” — levam em consideração apenas notas e provas. No exterior, as universidades estão preocupadas com outras habilidades dos estudantes, que vão além da escola. “Quando eu apliquei para fora, tive a oportunidade de contar minha história para eles porque isso faz parte do processo seletivo estadunidense”, diz. “Apesar de não ter sido um aluno nota 10, tive muita vivência. Eles valorizaram muito isso.”

Enem: um guia para se planejar na véspera

Estudantes precisam ficar atentos aos itens permitidos e proibidos nos locais de prova; mais de cinco milhões de pessoas deverão fazer as avaliações de Linguagens, Ciências Humanas e Redação amanhã

YASMIN SETUBAL*
sociedade@oglobo.com.br

Principal acesso às universidades, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) começa amanhã, com 5,1 milhões de estudantes inscritos. Especialistas dão conselhos sobre o que o candidato deve fazer hoje, véspera da avaliação, para conter a ansiedade. Saiba também o horário das provas, o que o aluno tem que levar e o que é proibido no primeiro Enem do governo Bolsonaro.

As primeiras provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) — Linguagens, Ciências Humanas e Redação — serão aplicadas amanhã para 5,1 milhões de estudantes que esperam, com essa nota, garantir uma vaga em uma universidade. Saber como se planejar na véspera é um dos segredos para ter um bom

desempenho, garantem professores.

A primeira dica é ler atentamente as regras do Enem (veja as principais delas no quadro abaixo). Entre os itens obrigatórios que os candidatos devem levar estão: caneta esferográfica preta e de material transparente, documentação oficial de identificação original e com foto — não serão aceitas fotocópias, mesmo que autenticadas. O Inep, instituto responsável pela aplicação do exame, ainda aconselha levar o cartão de confirmação da inscrição. É preciso ficar atento aos horários de abertura e fechamento dos portões — que variam de acordo com a região do país, por causa do fuso horário — para não correr o risco de chegar atrasado e nem sequer fazer a prova. Segundo Pedro Rocha, coordenador de ensino médio e pré-vestibular do Pensi, hoje é um dia em que os candidatos podem revisar conteúdos nos quais tenham alguma dificuldade, mas apenas pela manhã. À tarde, a recomendação do professor é pelo descanso total.

— É importante fazer isso para gerenciar a questão emocional no momento da prova, pois o Enem não

depende só do físico, mas principalmente do psicológico — enfatiza.

Rocha destaca que hoje os candidatos precisam fazer — se já não tiverem feito — um planejamento de cada passo que darão durante a prova. Ou seja, devem decidir por qual disciplina vão começar o exame, qual virá depois e a que horas vão beliscar o lanche que levaram, por exemplo. A orientação é que os estudantes levem alimentos que sejam de rápida ingestão para que isso não interfira na concentração, como barras de cereais e chocolate. — Quando o candidato tira um tempo para comer, ele acaba perdendo o foco. Sem contar que o cérebro vai precisar se preocupar com duas coisas depois disso: fazer a digestão e se concentrar na prova — diz Rocha. É fundamental sair com antecedência de casa, de preferência monitorando o trânsito desde cedo através de aplicativos.

— É sempre bom chegar ao local do exame pelo menos uma hora e meia antes do fechamento dos portões — afirma Rocha. *Estagiária, sob orientação de Josy Fischberg

O QUE SABER ANTES DA PROVA

Veja quais são os itens proibidos e obrigatórios no exame

Caneta esferográfica preta e com material transparente
Documento oficial de identificação, original e com foto

Cartão de confirmação de inscrição
Declaração de Comprometimento Imprensa (caso precise do documento)

Lápis, caneta de material não transparente, lapiseira, borracha, corretivo, régua

Livros, manuais, impressos, anotações
Chave com alarme, anel de chapelaria, óculos escuros

Dispositivos eletrônicos, fones de ouvido ou qualquer transmissor, gravador ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens

Planeje-se para chegar ao local de prova uma hora antes de abertura dos portões

Após duas horas de prova, os candidatos já podem deixar o local, mas sem levar o caderno de questões

Os candidatos poderão levar o caderno de questões apenas 30 minutos antes do término da prova

Prestar declaração **Falsa ou Inexata**

Perturbar a ordem no local de aplicação

Comunicar-se, de qualquer forma, com pessoas que não sejam o aplicador ou o fiscal, a partir das 13h

Usar livros, notas, papéis ou impressos durante a aplicação

Permitir que o **aparelho eletrônico**, mesmo dentro do envelope, emita qualquer tipo de som, como toque ou alarme

Alimentos de rápida ingestão, como biscoitos, cereal e chocolate

Para beber, água. No entanto, é necessário ter atenção com o líquido para não atrapalhar o candidato com as idas ao banheiro

OUTROS HORÁRIOS

Todos os equipamentos eletrônicos devem ser desligados e guardados no envelope oferecido pelo fiscal antes de o candidato entrar na sala de prova

Rubens Figueiredo para ministro

Alvaro Costa e Silva

No início do século, um pequeno grupo de amigos, entre eles o poeta Carlito Azevedo e o romancista Rubens Figueiredo, costumava se reunir aos sábados no sebo Berinjela, no centro do Rio, a convite do livreiro Daniel Chomsky. Depois do meio-dia, quando a fome apertava, a jornalista Kamille Viola aparecia com um delicioso prato de... berinjelas.

Magro e calvo, Rubens pouco falava. Gostava mais de ouvir e perguntar —de repente, gargalhava. Num dia memorável, do nada derrubou um copo d'água na cabeça. Raras vezes contava alguma história de como era ser professor de português na rede estadual. Morando em Copacabana, pegava ônibus para a Cidade de Deus. Durante o trajeto, ia ouvindo radinho de pilha e olhando a cidade mudar de aparência. Hoje aposentado, o tradutor de Tolstói escreveu, na *Ilustríssima* (27/10), um tocante depoimento sobre sua experiência de 30 anos no ensino público:

“Há poucos meses, por acaso, passei de ônibus naquela rua, à noite, e vi o prédio encolhido no fundo de uma sombra. As janelas escuras e a

porta trancada, diante da calçada vazia. E pensei: onde andarão os meus alunos? Mas também, sem querer, pensei: o que será daqueles que agora nem podem ser alunos?”.

Se fosse ministro da Educação, Abraham Weintraub deveria responder ao escritor. Mas, atuando no governo como digital influencer, ele usa seu tempo para produzir linguagem de sarjeta em 280 caracteres. Na maioria dos casos, tratando de assuntos que nada têm a ver com a pasta que finge ocupar.

Na quarta (30), Weintraub tuitou: “Vejam os donos das Organizações Globo: os três irmãos Marinho. Será que uma investigação profunda desta (sic) família, da vida de suas esposas (qual profissão tinham antes do casamento), dos filhos, de quem frequenta a casa deles, mostraria um mar de virtudes?”.

Quem dera o ministro da Educação fosse o Rubens Figueiredo.

Alvaro Costa e Silva

Jornalista, atuou como repórter e editor. É autor de "Dicionário Amoroso do Rio de Janeiro".

Em crise, Estados atrasam salários e tentam achar recursos para pagar 13º

Mariana Hallal Rayssa Motta
ESPECIAL PARA O ESTADO
Luciana Dyniewicz

Em meio a uma crise financeira que já se arrasta há anos, ao menos seis Estados brasileiros, que juntos empregam 1,3 milhão de servidores, enfrentam dificuldades para pagar seus funcionários atualmente. Os pagamentos têm sido feitos de forma parcelada. E, com a chegada do fim do ano, cinco deles agora ainda terão de recorrer a operações extraordinárias na tentativa de quitar o 13.º salário dentro do prazo legal, até 20 de dezembro.

Com dificuldade de arrecadação, Mato Grosso, Minas Gerais, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe já vêm escalonando o pagamento dos salários – normalmente, em até três vezes. Nos primeiros dias do mês, recebem apenas os trabalhadores com remunerações mais baixas. Na metade do mês, os que têm salários intermediários e, só depois, os que recebem mais.

No Rio Grande do Sul, além de o pagamento ser escalonado desde 2015, também está atrasado. A prática de retardar o pagamento se tornou constante em fevereiro de 2016 e atingiu seu nível mais grave em agosto deste ano, quando o Estado quitou a folha com 41 dias de atraso.

Um dos compromissos de campanha do governador Eduardo Leite (PSDB) era pôr o salário do funcionalismo em dia ainda no primeiro ano de gestão. Passados dez meses da posse, porém, ainda não há sinais de que isso será possível no curto prazo.

O secretário da Fazenda do Estado, Marco Aurélio Cardoso, diz não saber como será feito o pagamento do 13.º salário este ano. No Rio Grande do Sul, as contas para dezembro são longas: além do salário e do 13.º, também é preciso quitar a última parcela do 13.º de 2018. Nos últimos três anos, o salário extra de fim de ano do Executivo foi parcelado em 12 vezes.

Assim como o governo do Rio Grande do Sul, o de Sergipe disse ainda não ter uma estratégia para levantar recursos para o 13.º. Nos últimos anos, o Estado, que escalona o pagamento mensal em dois grupos, recorreu a uma linha de crédito.

Em Mato Grosso, mais um Estado onde há escalonamento desde 2015, o governo promete acabar com a prática ainda neste ano e afirma que o 13.º será quitado no prazo. O de 2018 foi pago apenas em abril. Segundo a assessoria de imprensa da Secretaria da Fazenda, um contingenciamento e negociações com grandes devedores estão em curso para garantir a receita do salário extra deste ano.

No Piauí, o escalonamento dos pagamentos de salários também ocorre desde 2015. Mas o governo informou que, para o 13.º, tem sido feito um contingenciamento ao longo do ano e o montante suficiente para o pagamento já estaria garantido.

Minas tenta seguir caminho do Rio

Para ganhar fôlego e regularizar salários, Estado busca aderir ao programa que permite adiar o pagamento da dívida com a União

Mariana Hallal Rayssa Motta
ESPECIAL PARA O ESTADO
Luciana Dyniewicz

Atraso de salário e pagamentos parcelados já virou rotina para os servidores do Estado de Minas Gerais, uma das unidades da federação em situação mais crítica. O governo mineiro paga os funcionários de forma escalonada há quase cinco anos. Lá, o 13.º salário é pago fora do prazo legal há quatro anos e o de 2018 foi o que mais atrasou – a última parcela foi quitada há cerca de 15 dias.

Para pagar o salário extra deste ano, o governo de Romeu Zema (Novo) encaminhou ao Legislativo um projeto de lei que propõe a privatização da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), responsável pela exploração de nióbio no Estado, em parceria com a Companhia Brasileira de Mineração e Metais (CBMM). A expectativa é conseguir autorização para antecipar o lucro de R\$ 5 bilhões previsto com essa operação. O governo, porém, não tem maioria na Assembleia Legislativa e enfrenta um calendário apertado.

“Hoje, vendemos o almoço para pagar o jantar”, diz o secretário da Fazenda, Gustavo de Oliveira Barbosa. Segundo ele, se o Estado não conseguir aderir ao Regime de Recuperação Fiscal – programa do governo federal que permite a postergação do pagamento da dívida com a União –, será impossível regularizar o calendário de pagamento dos servidores no ano que vem.

A intenção do governo mineiro é conseguir, com o regime, adiar o pagamento da dívida, como ocorreu com o Rio de Janeiro. Lá, os salários estão em dia desde o ano passado. Além do regime de recuperação, o aumento de 87% da receita com royalties em 2018, por conta da recuperação do preço do petróleo, e um Refis (programa de recuperação fiscal) ajudaram o governo fluminense a quitar o 13.º de 2018.

Recursos extraordinários. Seguindo o modelo do Rio de Janeiro, o governo do Rio Grande do Norte negocia o alongamento do perfil da dívida com o governo federal e vai recorrer a recursos extraordinários neste ano para pagar o 13.º.

O Estado já repassou a gestão da folha de pagamento dos próximos

cinco anos para o Banco do Brasil e, com isso, levantou R\$ 250 milhões – quase 50% desse montante será destinado ao pagamento do salário extra no fim do ano. O governo de Fátima Bezerra (PT) pretende conseguir o restante dos recursos necessários – mais R\$ 260 milhões – no leilão de petróleo marcado para a semana que vem, em que parte dos recursos arrecadados será repassada aos Estados, dando uma folga no caixa.

No Rio Grande do Norte, o 13.º do ano passado ainda não foi pago e os salários são escalonados. “Esperamos levantar também R\$ 180 milhões com a antecipação de royalties. A ideia é conseguir R\$ 600 milhões para os pagamentos que vencem em dezembro e para pagar o que está atrasado”, diz o secretário de Planejamento e Finanças, Aldemir Freire. O Estado ainda deve R\$ 90 milhões a parte dos servidores referentes ao salário de novembro de 2018.

Para o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, a suspensão do pagamento da dívida com a União é uma das soluções de curto prazo para os Estados normalizarem o pagamento do funcionalismo. Essa alternativa, no entanto, não resolve o problema, destaca.

Segundo ele, para arrumar as finanças no médio e longo prazos, os Estados também precisam passar pela reforma previdenciária – “é o gasto que mais cresceu nos últimos anos” - e o País precisa retomar o crescimento econômico, sem incrementar a carga tributária. “Aumentar impostos não é uma solução viável em uma economia deprimida”, afirma.

SITUAÇÃO CRÍTICA

● Estados escalonam pagamento de salários e buscam receita extra para quitar 13º

ESTADO	NÚMERO DE SERVIDORES	PAGAMENTO DOS SALÁRIOS	PAGAMENTO DO 13º
Minas Gerais	605.950	ESCALONADO	Depende de recursos extraordinários
Rio Grande do Sul	328.821	ESCALONADO/ ATRASADO	Indefinido
Rio Grande do Norte	105.550	ESCALONADO	Depende de recursos extraordinários
Mato Grosso	105.279	ESCALONADO	Depende de recursos extraordinários
Piauí	96.493	ESCALONADO	Tem feito contingenciamento mensal e já possui o montante
Sergipe	38.637	ESCALONADO	Indefinido

‘O sentimento é de que está cada vez mais difícil’

Sem data para receber, professora gaúcha precisa pegar dinheiro adiantado no banco estatal e depois pagar juros

Professora no Rio Grande do Sul há 38 anos, Angela Gazzana, de 62 anos, é um dos 328,8 mil servidores do Estado que sofrem para receber desde 2015. “Começou com parcelamento, depois atraso, agora é uma coisa que não dá nem para explicar”, diz.

Única fonte de renda da casa, ela sustenta, além de si, um filho universitário e o marido, que precisou parar de trabalhar por problemas de saúde. Sem data certa para receber, pede adiantamento de salário ao Banrisul desde maio do ano passado. Todo mês, 0,98% do salário vai diretamente para o banco estatal em forma de juros.

“Não parece muito, mas é revoltante pagar juros sobre o teu próprio salário para o Estado que

não te paga”, afirma. “Sem isso (adiantamento), a gente não come.”

Angela é diretora da escola estadual General Daltro Filho, em Porto Alegre, há 13 anos. Por isso, acompanha a situação dos outros professores de perto. “O sentimento geral é de que está cada vez mais difícil. Alguns colegas não têm mais dinheiro nem para pegar ônibus.”

Nesses últimos anos, ela viu outros professores reduzirem sua carga horária no Estado e buscarem emprego nas redes municipal e privada de ensino. “Me lembro de dois casos assim. Com certeza a questão salarial pesou para essa decisão.”

Alívio. Enquanto isso, no Rio de Janeiro, único Estado que já está no programa desenhado pelo governo federal para socorrer aqueles que estão em situação de emergência fiscal, a regularização do pagamento dos salários foi um alívio para 466 mil servidores.

Desde abril do ano passado, os funcionários do Estado vêm sendo pagos em dia.

O agente penitenciário Iranildo Oliveira de Lima, de 40 anos, que integra o quadro de servidores fluminense há oito anos e meio, estuda agora a possibilidade de comprar uma casa própria – projeto que havia adiado por causa dos atrasos de pagamento.

Nos piores anos da crise fiscal do Rio, Lima só conseguiu manter as contas em dia com a renda de um segundo emprego em uma loja de roupas. “(À época), a gente não tinha estímulo para ir trabalhar. Chegava o final do mês, você nunca sabia se ia receber. Tinha a promessa de pagamento em um dia, esse dia chegava, e o salário não vinha. Aí o governo empurrava mais”, lembra. “Quando começaram a parcelar o pagamento foi horrível, você não tinha o dinheiro na sua mão.”

EDUCAÇÃO »

5,1 milhões em ação para o Enem

Sistema de transporte público terá esquema especial em várias cidades. No DF, a frota de ônibus será reforçada e o horário do metro, estendido

MARIA EDUARDA CARDIM
RAFAELA GONÇALVES*

Amanhã, 5,1 milhões de estudantes inscritos para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) começam a busca por uma vaga em uma das universidades do país. Os portões, que abrem às 12h (horário oficial de Brasília), serão fechados às 13h. Este ano, como de costume, o serviço de transporte público em algumas cidades funcionará em esquema especial. No Distrito Federal, a Secretaria de Transporte e Mobilidade (Semob) informou que o Sistema de Transporte Público Coletivo (STPC) será reforçado.

Tanto no primeiro dia de prova como no segundo, em 10 de novembro, a frota de ônibus será reforçada nos horários de pico, de acordo com a demanda. O metrô do DF também terá seu horário estendido e funcionará das 7h às 20h em ambos os domingos de prova.

Normalmente, os trens só funcionam até as 19h, mas, como as provas acabam neste horário, o funcionamento será estendido.

Dados do Ministério da Educação mostram que nem todos os candidatos inscritos já acessaram o cartão de confirmação de inscrição, que traz detalhes do local de prova dos candidatos, mas 86% dos inscritos já acessaram o documento. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o número representa o maior percentual de acessos desde 2016.

O Inep recomenda que os participantes imprimam o Cartão de Confirmação da Inscrição e o levem no dia do exame. Amanhã as questões de linguagens, ciências humanas e a temida redação serão o primeiro desafio de jovens e adultos que buscam uma vaga no ensino superior.

Quase metade dos inscritos, cerca de 47%, fará a prova pela primeira vez e, por isso, a atenção ao horário e regras deve ser dobrada. Chegar com antecedência no local de prova é uma das principais dicas. A estudante

Sofia Braz, de 17 anos, fará a prova pela primeira vez e se programa para não atrasar. “Não conheço a escola em que farei a prova. É em um bairro mais afastado. Tenho pavor de virar meme de perder a oportunidade de entrar numa universidade este ano”, disse a moradora de Luziânia.

Isabela Chaves, 17, pretende sair de casa antes dos portões abrirem para não correr riscos. A estudante, que pretende cursar psicologia, vai fazer o Enem pela segunda vez. “Eu fiz cursinho de redação e fui respondendo provas antigas para ir descobrindo os conteúdos que mais são abordados”, contou sobre o método de estudo.

O Enem é, atualmente, a principal forma de acesso ao ensino superior no Brasil. Com as notas do exame, os estudantes podem concorrer a vagas no ensino superior público pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), a bolsas de estudo em instituições particulares pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e ao financiamento pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O gabarito oficial da prova será publicado em 13 de novembro e o resultado está previsto para sair em janeiro de 2020.

Aulão divertido na véspera do exame

DANIELA MARIA DOS SANTOS

A 48 horas do primeiro dia de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cerca de 450 estudantes participaram, ontem à tarde, de um aulão promovido pelo Colégio Sigma. Alunos do terceiro ano de todas as unidades se reuniram na quadra de esportes na unidade do colégio na 410 norte.

O evento começou animado. O objetivo era aprender e descontrair. Professores de educação física chamaram alunos para dançar e cantar ao som de Michael Jackson e sertanejo universitário. Ex-alunas do Sigma, que fazem parte de um grupo de street dance, também se apresentaram. Tudo para preparar os alunos para, na sequência, mergulhar nos conteúdos mais cobrados na prova. Segundo Carlos Roberto Alves, professor de educação física e coordenador da disciplina no Sigma, o propósito é deixar os alunos mais tranquilos na reta final antes da prova. “Esse primeiro momento foi mais uma descontração, um relaxamento para os meninos entrarem em um clima de prova sem estresse”, disse.

Ele recomenda que os alunos repitam as atividades físicas antes da prova, desde que não haja excessos. “Pular no quarto, fazer uma ginástica, mas, claro, coisas de intensidade

Professores se fantasiaram para entreter os alunos, que também tiveram oportunidade de tirar as últimas dúvidas sobre várias disciplinas

moderada”, alertou.

Depois da brincadeira, a primeira dupla de professores que se apresentou foi para revisar a mais temida das matérias: matemática. Eles responderam a questões de estatística, função trigonométrica e modelagem, que caíram em exames passados. De acordo com o professor de matemática Gabriel Carvalho, a escolha da matéria para o pontapé inicial foi proposital. “É uma disciplina que requer que o aluno esteja um pouco mais concentrado, com mais foco e, no início do aulão, ele está mais preparado para isso”, explicou.

O aulão do Sigma acontece desde 2015 e, pela primeira vez, foi feito na unidade norte do colégio. Também foi a primeira vez que a estudante Fernanda Mundim, de 17 anos, participou. “Querendo ou não, estamos muito tensos agora. Esses momentos mais relaxados são os melhores”.

Pagando mico

Foram dedicados 15 minutos para apresentação de cada disciplina, como esquetes, músicas, professores fantasiados e outras brincadeiras. Teve professor de biologia vestido de Chapeuzinho Vermelho, de Turma do Chaves e outros personagens. A ideia era

revisar o conteúdo entre piadas e encenações. Na opinião de Luana Zhang, 17, aluna do terceiro ano, o ambiente foi acolhedor. “Todo mundo está muito ansioso e, ver professor pagando mico deixa tudo mais íntimo”, disse.

O coordenador da secretaria de cursos, Marcelo Afonso, disse que o evento fecha um ciclo de preparação. “O objetivo é fazer o fechamento desse trabalho de preparação para o exame de forma descontraída e finalizar esse processo, que já vem desde o início do ensino médio”. Ele espera que o momento de pausa faça com que os alunos cheguem na prova mais tranquilos e preparados para enfrentar a maratona de questões. “O Enem não é uma prova só de conhecimento e de conteúdo. O aluno tem que estar preparado psicologicamente, emocionalmente e

fisicamente, porque é um desgaste muito grande”, avaliou. “O aulão serve para lidar um pouco com a ansiedade e dar uma desacelerada, para eles chegarem mais tranquilos, no domingo”.

Para Rafael de Resende, 17, o aulão foi o estímulo da reta final. Ele contou que tem dificuldade com português, especialmente gramática. Para ele, o empurrão vai ajudar na hora da prova. “Estava com pouca vontade de estudar e, agora, depois do aulão, me senti mais entusiasmado”, confessou. “Faz uma diferença, pela motivação para aprender. Ajuda muito”. As provas do Enem ocorrem nos próximos domingos (3 e 11 de novembro) em todo país. O Correio fará a cobertura completa e em tempo real no [site. www.correiobraziliense.com.br/euestudante](http://www.correiobraziliense.com.br/euestudante).